

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

COOPERATIVA «NOVO RUMO»: ATACAR A VIDA MERCANTIL?



Combate — Vocês podiam começar por nos contar todo o vosso processo de luta até à formação da Cooperativa.

Trab. A — A nossa luta começa a desenvolver-se a partir do momento em que tomámos consciência da má situação financeira da firma e também da má administração da mesma.

Tomámos consciência disso principalmente através de uma carta que a entidade patronal dirigia a uma entidade oficial, onde pedia um aval do Estado para um empréstimo. A partir daí formámos uma Comissão ad-hoc de trabalhadores cuja missão foi convocar um plenário; plenário esse que serviu para informar os trabalhadores todos do que se estava a passar, da situação da empresa, serviu também para eleger delegados sindicais — que até à data não existiam (e isto passou-se já em Novembro de 74).

Trab. B — Isto deveu-se fundamentalmente a que ele disse que pediu um empréstimo e que se ele não fosse concedido, isto que ia à falência. A partir daí é que a gente se organizou.

Trab. A — Pois, ainda não tinha chegado lá. Ele ameaçava constantemente com o encerramento da empresa se o empréstimo não fosse concedido, pois tinha que paralisar mesmo. Tentámos organizar-nos logo a partir dessa altura para fazer face a futuras consequências que viessem a surgir, como surgiram.

Nesse plenário foi então eleita pela maioria dos trabalhadores, ou quase todos, pode-se dizer, uma comissão de trabalhadores. Foram eleitos os delegados sindicais, como já disse e foram também aprovadas umas propostas que seriam apresentadas à entidade patronal, que se resumiam ao seguinte: um dos pontos era oferecer a colaboração de todos os operários para que o empréstimo que ele queria fosse realmente conseguido. Através dos trabalhadores, com a intervenção dos trabalhadores junto das entidades oficiais para que esse empréstimo fosse conseguido. Mas, em contrapartida, queríamos fiscalizar como é que esse empréstimo iria ser utilizado. Outro ponto que tínhamos também, era o saneamento de um indi-

víduo que exercia as suas actividades aqui na firma, visto que era sócio dele ou procurador dum sócio, que seria a mulher dele noutra firma e que não pertencia aqui aos quadros da empresa. Esse senhor, quanto a nós, era uma das principais causas da má administração da firma. Queríamos que esse senhor fosse realmente saneado, que deixasse de exercer as actividades aqui dentro. A partir daqui, como eu estive desligado da luta por uns dois meses, é preferível um outro camarada tomar a palavra.

Trab. B — A partir daqui, nós apresentámos a tal proposta que tinha sido aprovada num plenário em que propúnhamos fazer toda a pressão para a obtenção desse empréstimo e o consequente saneamento do tal indivíduo Fausto Valentino Peres Marques. Pois o senhor, a princípio mostrou-se muito receptivo. Gostou da nossa ideia. Ficou de estudar o problema numa próxima reunião que tivéssemos com ele e que

(Continua no pág. 8)

OITO MESES DE AUTOGESTÃO

Comissão de Trabalhadores da Sociedade Têxtil Sousabreu, Lda. Guimarães

Sousabreu em Autogestão há oito meses!

Em 11 de Setembro de 1974, o patrão António Alves da Costa Abreu encerrou esta fábrica por falência, depois de ter construído uma fábrica nova, do mesmo ramo, completamente modernizada, tendo retirado desta para a outra diversas máquinas, incluindo as viaturas. Em Dezembro, foi feito pelo tribunal o inventário das máquinas, tendo a comissão de trabalhadores, nessa altura, entregue ao tribunal a relação as máquinas desviadas para a outra Fábrica, incluindo as viaturas, sem que até ao momento nada se tenha feito para que as mesmas não sejam entregues. Após dificuldades de toda a ordem,

desde os fornecimentos de matéria-prima até à venda do nosso fabrico, tivemos um Grupo de Apoio no Porto, que nos propôs vender as nossas toalhas. Felizmente, durante 4 meses, tivemos postos de venda em diversas zonas do Porto, Gaia, Matosinhos, Vale de Cambra e Coimbra. Após as eleições, essa ajuda fracassou, estando nós, presentemente, em sérias dificuldades de venda. Na altura em que tanto se fala da Batalha de Produção, em que nós, operários estamos de acordo em produzir mais e melhor, é preciso que o Governo promova contratos para o mercado externo dos produtos têxteis, pois presentemente devemos algumas centenas de contos e estamos já a vender a obra mais barata do que quando o patrão fechou a fábrica e pagava salários de 66\$50 e 81\$00 por dia e nem assim se vende.

O que se passa connosco estamos informados que muitas outras fábricas se encontram na mesma situação. Tivemos em princípio algumas ajudas de Campanha de Solidariedade, que se descreminam:

Peditório efectuado em reunião do Sindicato Têxtil, em 15/9/74	3 520\$00
Fábrica do Arquinho	2 800\$00
Empresa de Malhas, Lda.	5 067\$50
Fábrica de Vila Pouca ...	4 630\$00
Têxtil Manuel Gonçalves (Silvares)	7 110\$00
Fábrica de Calçado Campeão Português	10 082\$50
Senhor José de Castro, Jordão e outros associados	800\$00
Ana Lopes de Almeida (Fábrica do Cavalinho)	130\$00

(Continua na pág. 8)



C.T.T.
A LUTA CONTINUA

FORAM IMPOSTAS NOVAS TAXAS.

Nós, trabalhadores dos CTT, tornamos público que nada tivemos a ver com esses aumentos, para os quais também não fomos consultados e que em nada nos vêm beneficiar, pois as nossas justas reivindicações salariais continuam, mais uma vez, a ser recusadas.

**CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
LUTEMOS POR MELHORES SALÁRIOS!**

COMUNICADOS NAS CENTRAIS

AUMENTO DE PREÇO DO «COMBATE»

DESTA VEZ NÃO PÔDE DEIXAR DE SER: PERANTE O ASTRONÓMICO AUMENTO VERIFICADO NAS TARIFAS DOS CTT (COSTUMÁVAMOS PAGAR 60 E TANTOS ESCUDOS PELA AVENÇA E DA ÚLTIMA VEZ PAGÁVAMOS 600 E TAL) — VER NOSSAS CONTAS PÁGINA 7 — VIMOS-NOS OBRIGADOS A PASSAR DE 2\$50 PARA 3\$50, BEM COMO A ACTUALIZAR AS TABELAS DE ASSINATURAS.

■ MESA-REDONDA NACIONALIZAÇÕES

JÁ REALIZADA HÁ TEMPOS, SÓ NO PRÓXIMO NÚMERO A PODEREMOS PUBLICAR, POR RAZÕES DE ORDEM PRÁTICA. DO FACTO PEDIMOS DESCULPA AOS CAMARADAS QUE NELA PARTICIPARAM.

NESTE NUMERO:

- EDITORIAL: DE JUDAS A OTELO
- Pág. 3
- A LUTA DOS CTT
- A QUESTÃO SALARIAL NA FUNÇÃO PÚBLICA
- FUZILEIROS CONTRA O TENENTE JUDAS
- A EX-PIDE E A NOVA INQUISIÇÃO
- RADIO RENASCENÇA
- OS BARBAROS E OS ANJINHOS DO SENHOR

Centrais

MASSARELOS:

A COOPERATIVA DE MORADORS EM MARCHA

Pág. 7

EM SUPLEMENTO: OS NOSSOS PRINCÍPIOS E ESTATUTO EDITORIAL

LISBOA
COOPERATIVA

«NOVO RUMO» LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

(Continuação da pág. 1)

ficou logo marcada. Mas que, dizia ele, punha a condição que nós dissessemos a maneira como iríamos fazer essa fiscalização e quais os dinheiros que nós dizíamos que não estavam a ser empregues no bom andamento, em tudo o que dizia respeito à firma. A coisa começou a prolongar-se. Ele começou a protelar. Passou de reunião para reunião. Nunca chegámos a nenhum acordo concreto. Até que resolvemos ir ao Ministério do Trabalho e apresentar todo o processo, darmos conta do que se estava realmente a passar (isto, em meados de Janeiro). Lá, alertaram-nos que da maneira como estavam a pôr o problema, que estavam a cair numa cegestão, o que de maneira nenhuma interessava aos trabalhadores e à nossa luta. E ficou decidido, nessa primeira reunião no M. T., que seria convocado o gerente da firma, o Sr. Orlando Costa de Almeida, para uma reunião conjunta em que seriam então abordados todos esses problemas e para ver se chegávamos a um acordo.

Trab. C — Nota que não foi o M. T. que nos alertou, mas foi o sindicato.

Trab. D — Ele foi até chamado pessoalmente e foi-lhe apresentado as razões do pessoal. O M. T. amparava porque eram razões absolutamente pertinentes. Mas ele dizia não poder concordar com elas, primeiro, porque o Fausto Marques, com as vigarices que fazia (aliás, o termo é dele) fazia-lhe falta para resolver problemas bancários que não podiam ser resolvidos de outro modo. E quanto à fiscalização do di-

vimentou as contas, e até depois mesmo do dia 20, em que fugiu daqui, sabemos através de extractos de contas, que ele levantou todo o dinheiro que havia nos bancos. Quer dizer, ele só não podia mexer nas contas do pai quando era para os empregados receberem algum dinheiro...

A situação foi-se arrastando assim, cada vez pior, até que nós tivemos conhecimento que após ele lá ter estado no dia 20 de Fev., tinha posto um processo contra nós todos. Esse processo era para fazer o arrolamento e selagem dos bens. Claro que isso não resultou e até achámos curioso porque ele no dia 20 disse que estava disposto e que lutava para continuar com a laboração da empresa, e esse processo foi lá posto já em 5 de Fev., nós é que tivemos conhecimento depois do dia 20. Esse processo foi posto pelo advogado Sr. Formozinho de Sousa Melo, o homem do partido do Sanches Osório (PDC). Era o braço direito de Sanches Osório. A situação foi-se complicando para nós.

Vou voltar aqui um pouco atrás. Ele dizia mais tarde que nós não lhe tínhamos autorizado a entrada na empresa, o que é mentira. O que se passou, na realidade, e que como ele não resolveu a situação do Sr. Fausto até ao fim do mês, a Comissão de Trabalhadores apresentou em plenário esse assunto. E em plenário foi resolvido passar a vigiar as entradas na empresa a partir do dia 3 de Fev. Portanto, o Sr. Fausto era a única pessoa que estava proibida de entrar aqui. De resto toda a gente cá vinha. Ele, inclusive, o Sr. Orlando, até ao dia em que resolveu abandonar.

primeiro atrapalhado com a ideia de aceitar pessoas de fora, mas depois de ter sido posto perante a situação de que ou os aceitava porque eles eram válidos ou não os aceitava e tinha que lhes dizer porquê. No outro dia, tínhamos cá um inspector. A sindicância começou logo por verificar fraudes, inclusive até que o tal Fausto Marques, que era sócio dele numa firma Apet, a qual era um dos grandes empreiteiros da Câmara, de onde recebia milhares de contos e como não tinha quaisquer instalações e só tinha um empregado de escritório — o Fausto, e um contínuo, todas as obras que eram adjudicadas a essa empresa, eram executadas nesta — Francisco Máximo de Almeida. A Apet facturava-se à Câmara e recebia o dinheiro, Francisco M. de Almeida fazia as obras mas não debitava à Apet. Tanto quanto apurámos já ia em 3400 contos esta história. Disso demos conhecimento, nessa altura, ao Ministério do Ambiente, que é quem trata da passagem de alvarás, mostrando que não havia qualquer forma de legalidade para ele ter alvarás e a resposta que nos deram foi «Eu é que mando passar alvarás, eu é que os mando cassar. Se mandei passar está bem feito». Em face disto, nada. Como resultado não houve nenhuma atitude contra a Apet e passados poucos dias recebemos aqui uma carta para que os nossos alvarás fossem entregues lá, em virtude do titular da firma ter falecido em Agosto. Nunca se preocuparam em cassar os alvarás enquanto o Orlando cá estava, agora que nós estávamos aqui é que esses alvarás tinham que ser cassados com urgência. Este foi o apoio que tivemos do Ministério do Ambiente.

Tudo isto foi antes do 11 de Março, porque depois notou-se uma mexida bastante grande.

No Ministério do Trabalho, em Março, emprestaram-nos 400 contos para fazer face à parte dos vencimentos.

Um dos nossos principais problemas foi que fosse modificado o decreto 660 que determina que sejam feitas sindicâncias às empresas depois de terem sido detectadas fraudes pelos empregados. Desde que os trabalhadores detectem fraudes avisam o M. T., depois pede-se uma sindicância e depois será possível arranjar uma Comissão nomeada pelo Estado, para depois o Ministério concluir que de facto as fraudes existem. Isto está bem feito. Só não se lembram que estes decretos são para serem aplicados a criaturas humanas. O tempo que media entre a detecção das fraudes e o conseguir uma equipa que venha fazer uma sindicância, o que é bastante complicado como já disse, depois todo o trabalho da sindicância, tudo isto leva tanto tempo, que entretanto os operários morriam de fome.

Como esávamos a continuar a trabalhar, como estávamos a receber cheques à ordem da empresa, porque a maior parte dos nossos clientes são organismos oficiais que exigem, alguns até que os recibos sejam assinados e reconhecidos na qualidade de gerente, nós estávamos a tentar pegar no pouco dinheiro que havia e comprar matéria-prima, com prejuízo do próprio ordenado, mas sem possibilidades de receber aquilo que iam produzindo. Nós estávamos a caminhar para a fome, autenticamente. Diziam eles que talvez que pudesse congelar as contas do Sr. Orlando. Nós tentámos explicar-lhes que o congelamento das contas do Sr. Orlando não resolvia os nossos problemas, uma vez que elas iriam aumentando na mesma medida em que a gente iria caminhando para a fome. Sim porque ele congelava-as, mas a gente também não recebia. Levantou-se para nós um problema que era gravíssimo, que era tentar, por alguma entidade, receber o dinheiro daquilo que iam produzindo. Ai, encontramos uma série de resistências da parte dos Ministérios da Economia e Finanças de então, que eram os que tinham feito aquele decreto e pareciam-nos que eram os Ministérios capazes de o modificar. Porque nós admitíamos que havia neste processo revolucionário alguns decretos que não tinham sido feitos com uma análise exaustiva das suas consequências. Mas o que é certo é que ninguém tocava nisso. E nós fomos tentando, subindo, subindo e fomos ao Conselho da Revolução. No C. R. contactámos com o Capitão Vasco Lourenço que nos apresentou imediatamente um camarada e dele para nos tratar da questão. Depois viemos aqui para Belém, também indicado por ele e com uma pressão feita pelo C. R. quer junto do Ministério das Finanças, quer junto do Ministério do Trabalho, o que é certo é que nos

resolveram o problema, embora de uma maneira talvez ainda provisória. Nós recebemos uma credencial do Ministério que habilita 4 camaradas nossos a receberem em nome da empresa mesmo junto dos organismos oficiais — assinar recibos e tudo.

Demos mais voltas, entretanto. Fomos à Secretaria de Estado da Indústria, fomos ao Ministério do Planeamento e Coordenação Económica. Nenhum deles resolvia...

Entretanto tivemos conhecimento que o Sr. Orlando queria fazer a gerência. Foi ao M. T. e perguntou se a gente o deixava gerir. A gente disse que absolutamente, porque a gente nunca o tinha posto fora de cá. Apenas o aconselhámos que quando viesse devia trazer dinheiro para pagar ao pessoal os salários que estavam em atraso. Passados dias parece que mudou de ideias e o advogado dele apareceu a fazer uma proposta: que nós podíamos formar uma cooperativa, que seria uma entidade que continuaria a gerir esta coisa, nós tomaríamos conta das instalações e do equipamento, pagaríamos por essa ocupação uma renda ao Sr. Orlando — renda a combinar, mas com uma condição, que nós pagaríamos as dívidas do Orlando. Ora a empresa, numa análise rápida que fizemos, tem um activo que não chega a 5 mil contos e um passivo que vai na ordem dos 16 mil contos. De modo que ele dava-nos o direito de receber aquilo que é nosso, se lhe pagássemos 16 mil contos de prémio...

Nós começámos a ver que não havia outra possibilidade para esta empresa, aliás, também foi analisado pelo M. das Finanças; estava em puro estado de falência. Nós pensámos que a única maneira de mantermos os postos de trabalho sempre, e assim será para sempre, era transformarmos isto numa outra entidade jurídica totalmente distinta — sob a forma de cooperativa, que era o que se nos afigurava mais normal, mais lógico.

E já que nós éramos até credores, uma vez que ele abandonou, deve dar-nos indemnizações por cessação do contrato de trabalho, sem justa causa, nós viríamos, e é isso que esperamos no futuro, quando for ouvido o processo de falência, e apresentamos-nos como credores e pensamos que o crédito que temos sobre a empresa é maior que o valor aqui do equipamento e das instalações. Decidimos mesmo arrancar para a cooperativa. Para já, sem quaisquer valores activos, visto que os nossos valores activos são 110000 de capital e vamos fazer a escritura dia 12, mas utilizando — não tocando, não retirando daqui coisa alguma — apenas as instalações e equipamento, e vamos fazer um inventário rigoroso da matéria-prima que aqui houver e do que houver em obra. Abre-se na cooperativa uma conta em que a cooperativa fica a dever à massa falida, não prejudicando em nada os credores, apenas pomos um ponto final da empresa Francisco Máximo de Almeida no dia 12 próximo. E daqui para a frente vamos arrancar com as quotas dos sócios da cooperativa, que é muito pouco dinheiro, com o material que estamos a dever à massa falida e com as obras em curso. Por outro lado contamos ficar com o equipamento e instalações pelo crédito que temos sobre a empresa. Agora levantou-se outro problema: como manter isto a funcionar, como arranjar fundo de maneo? Tentámos também a Sec. de Estado da Indústria, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e de um banco, neste caso o B. N. U., ao qual ele é devedor de 10 mil contos, mas fomos realmente bem aceites, apesar dele dever esse dinheiro, porque percebem perfeitamente que nós não temos culpa nenhuma, porque ele desviou dinheiro, estouro-o. Parece-me que o limite máximo que eles têm para empréstimos são 2 mil contos, dos quais o I.A.P.M.E.I. fica responsável por 75% e o Banco pode ou não avançar com os outros 25% — e essa é que era a dificuldade que se punha inicialmente. Encontrámos de facto bastante aceitação da parte do Banco e eles entram mesmo com os 25%, sem nós darmos nada em contrapartida, a não ser a nossa força de trabalho. A modalidade que nós vamos usar vai ser, como já estamos a fazer a quase todos os clientes e fornecedores explicar-lhes qual é a situação actual. Aliás, já tinham sido avisados como estava a situação quando pedimos a sindicância. Participámos a todos os fornecedores como estava a situação para que eles pudessem tomar as medidas que achassem mais convenientes e agora o sistema que se vai usar para o funcionamento é, estamos a tentar obter o

máximo de encomendas, vamos com as encomendas ao Banco e o Banco empresta-nos até 60% do valor dessas encomendas, até ao limite de 2000 contos. Este empréstimo é a curto prazo — é um ano só — mas foi o melhor que se pode arranjar e parece-nos que foi até uma boa aceitação da parte das entidades oficiais, em face do nosso problema.

Combate — Qual a utilização que vocês pensam fazer dos 2000 contos, isto é, pensam arranjar nova maquinaria ou é só para comprar matéria-prima?

Trab. D. — Esses 2000 contos vão ser utilizados apenas para os levantamentos dos trabalhadores e para matéria-prima, porque o nosso movimento aqui é de tal ordem que esses 2000 contos serão o nosso fundo de maneo para menos de 2 meses. Mesmo assim, temos necessariamente que fazer rodar esse dinheiro mais rapidamente do que estava a ser feito até então. Quer dizer, nós nem sequer podemos fazer encomendas a prazo largo. Temos que começar a executar, temos que fazer obras cujos pagamentos sejam feitos dentro dum limite máximo af duns 45 dias, porque são ainda 120 pessoas que estão aqui a trabalhar e o volume das obras que se fazem é de tal modo que esses 2000 contos não dariam para fazer qualquer tipo de investimento. Quanto a investimento, nós esperamos fazer o seguinte: todos os fins de ano, depois de apurarmos os custos directos e indirectos do produto, vamos retirar uma percentagem sobre o valor final das vendas para um fundo, que servirá para dar liquidez à cooperativa e por outro lado, para ir ficando com uma reserva, para renovar o equipamento, ou até, se possível, ampliar. Temos uma grande possibilidade de ampliar até o número de postos de trabalho.

Combate — Expliquem-nos melhor a actividade da empresa.

Trab. C — Nós não temos um trabalho específico. Trabalhamos essencialmente por desenho. Não temos fabrico próprio. Vamos ver o que não é possível, ou o que é que se importava e ver dentro das nossas possibilidades o que é que a gente vai fazer. Entretanto, os nossos trabalhos serão: matadoutos (que é a nossa especialidade), conservação da iluminação pública, trabalhos também em armas de guerra, em pequena escala evidentemente. Também trabalhamos para os telefones, fazemos peças delicadas, temos uma mecânica fina. Temos fundição. Temos cromagem, também. Trabalhamos também para os telefones, para os correios e para a TAP (não fazemos aviões, evidentemente), fazemos contentores e vários acessórios para contentores. Trabalhamos também para o Metro — fazemos lubrificadores de via, fez-se um, apenas por enquanto, que eles não têm verba para mais. Somos cerca de 125 empregados.

A luta contra o desemprego — só se entende assim: — é lutar para que as empresas não fechem

Trab. A — Temos razão de queixa de alguns organismos oficiais, especialmente antes do 11 de Março, mas em contrapartida, também temos encontrado apoio em muitos outros. Estamos convencidos que compete a nós, trabalhadores, lutarmos para modificar este estado de coisas. Está nas nossas mãos e temos que lutar por isso. A luta contra o desemprego só se entende assim: é lutar para que as empresas não fechem as suas portas, não paralisem. Porque aceitar o encerramento das fábricas passivamente e depois ir para a rua protestar contra o desemprego não leva a nada. O que é preciso é lutar para que esses factos não se verifiquem. E quando as entidades oficiais nos opõem resistência, temos que vencer essa resistência.

Comissão de gestão — Comissão de trabalhadores

Combate — Vocês disseram com o elegeram a Comissão de Trabalhadores e disseram que a elegeram em plenário. Nós queremos saber quais são as funções da Comissão de Trabalhadores, qual é o controlo que o resto dos trabalhadores tem sobre essa Comissão, até onde é que vai a decisão autónoma da Comissão de Trabalhadores.

Trab. D — Ai então, temos que voltar um pouco atrás. A comissão de Tra-

(Continua na página 6)



(Arquivos do «Combate» (M))

nhero, da aplicação do empréstimo, que isso iria colidir com o seu prestígio pessoal. Mais tarde foi novamente chamado ao M. T. e deve-se ter portado de tal modo que foi posto fora. Depois teve mais duas convocações para lá ir e ignorou. Até que foi chamado novamente e foi lá levado pelo COPCON. Entretanto, já todo o pessoal tinha pedido lá no Ministério para que fosse efectuada uma sindicância à firma. Como no dia 20 de Fevereiro ele foi lá levado pelo COPCON e continuou irredutível, o M. T. concluiu que não havia outra hipótese, ele eliminava qualquer possibilidade de diálogo logo, ele ia pedir a sindicância, aliás como pediu. Nesse dia 20 de Fevereiro o Sr. Orlando de Almeida disse ao M. T. que não estava em condições nem físicas, nem mentais de poder continuar a gerir a empresa, pelo que ia abandoná-la para parte incerta e por tempo indeterminado. Claro que foi posta também a questão que em contrapartida deixava de pagar ao pessoal, deixava de pagar a credores, à banca, o que era uma autêntica sabotagem económica. Foi, aliás, essa também a opinião dos delegados sindicais presentes. Ele então prontificou-se a deixar uma morada no M. T. para poder ser contactado desde que o M. T. lhe garantisse manter sigilo da morada em relação aos trabalhadores. Na realidade deixou a morada. Nós nunca tivemos conhecimento donde ele estava e mandámos lá duas vezes uns documentos para ele assinar. Ainda nos assinou alguns cheques, alguns recibos embora poucos, até que na segunda vez, já se recusou a assinar alguns, porque dizia que não podia mexer nas contas do pai — uma pequena brincadeira da parte dele, porque nós sabemos perfeitamente que desde a morte do pai, em 18 de Agosto do ano passado, ele sempre mo-

Nunca ninguém lhe proibiu cá a entrada. Depois disto ele decidiu pôr um anúncio no jornal em que dizia que não podia pagar aos credores, em que se punha na situação cômoda de herdeiro, quando é mentira, visto que ele está na empresa há bastantes anos, desde que o pai ficou impossibilitado fisicamente de o fazer, dizendo a todos os credores que não podia satisfazer os seus compromissos, que os empregados não lhe permitiam a entrada, nem sequer o acesso a qualquer elemento da escrita. O que é mentira. O que fez que nós emitíssemos um comunicado, que nunca foi publicado na imprensa, só foi lido integralmente pelo Rádio Renascença no noticiário. Depois o R. R. fez ainda uma entrevista que foi para o ar nesse mesmo dia, depois da meia-noite, mas de resto a imprensa diária pouca aceitação deu ao comunicado. Uma excepção há que abriu aqui para o «Sempre Fixos», que veio cá a 1.ª vez e uma 2.ª e que até fez uma publicação com fotografias e tudo.

Nós fomos arrastando esta luta até ao dia 20. E o que é que nós pretendíamos? Era que fosse feita a sindicância. Mas havia dificuldades porque há falta de quadros, como nos disseram. Nós fomos falando com toda a gente, fomos falando com o Inspector Geral de Finanças, com o Inspector Superior, e então argumentou que por falta de quadros não podia mandar fazer a sindicância. Nós apresentámos uma modalidade que nos parece que se fosse aceite era até bastante curiosa para resolver o assunto de todos os nossos camaradas nas mesmas circunstâncias: que era de os sindicatos apresentarem indivíduos absolutamente qualificados e inscritos na Direcção Geral para fazerem as sindicâncias por indicação e sob a ordem do Ministro de Finanças. O indivíduo ficou

EDITORIAL

DE JUDAS A OTELO

PRISOES NO MRPP

Em poucas horas são presas à lista centenas de pessoas, saqueadas e danificadas instalações de um movimento político (até mesmo alguns locais públicos — liceus e universidades).

Por agora é o MRPP o visado.

Muitas pessoas não se admiraram que o MRPP fosse o primeiro a ser atingido, pelas características da sua prática política; mas, o que poderá ter surpreendido foi a violência, a envergadura do ataque e o aparato policial montado.

Muitas tinham sido as ameaças claras ou veladas feitas anteriormente ao MRPP, quer pelo governo, quer por destacados elementos do MFA ou por partidos políticos. Faltava o pretexto e o momento oportuno.

Com as prisões e denúncia pelo MRPP, de indivíduos ligados ao ELP, passa para fora do controlo de órgãos do poder, muita matéria de informação. Quanto mais não seja, a simples perda do monopólio policial, é razão suficiente para que os órgãos do poder e seus partidos (in)formadores, se decidissem a actuar. A matéria de acusação, os pretextos reais ou não, aparecem rapidamente e são repetidos pelas diferentes forças políticas ditas de esquerda, com mais ou menos «extremas» (1). Desde o divisionismo que se pretendia criar no seio do MFA, passando por torturas aplicadas aos elementos detidos pelo MRPP (de lembrar que no passado, por várias vezes, elementos do PC detiveram e espancaram, militantes políticos) e, acabando na acusação de atitudes provocatórias, tudo serviu para justificar a repressão.

OUTROS CASOS REPRESSIVOS

O ataque ao MRPP não surge no entanto, desligado de outras medidas políticas, igualmente repressivas. O caso do MRPP atingiu maiores proporções, pelas suas repercussões imediatas. Assim:

— A comissão de extinção da ex-PIDE/DGS, com a demissão forçada de alguns dos seus elementos, passou a ser controlada por pessoas afectas ao PCP. O que significa que a resistência até agora oferecida à utilização dos ficheiros para a constituição de uma nova polícia política, desapareceu.

Aliás parece já haver provas de que os antigos ficheiros serviram para a prisão de alguns militantes do MRPP.

— Os saneamentos políticos vão passar a ser feitos directamente pelo Conselho da Revolução, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela comissão de extinção da ex-PIDE/DGS.

«Pretende-se acima de tudo acabar com a arbitrariedade nos saneamentos, com os saneamentos 'selvagens', diz o tenente Judas. Ou seja pretende-se introduzir critérios à actuação dos trabalhadores, ou o que é o mesmo, restringir-lhes a sua prática de luta.

E acrescenta:

«Não podemos estar a mandar para o Brasil pessoas que têm um papel a desempenhar na nova sociedade que estamos a construir, facto que obriga os trabalhadores a encararem o saneamento de uma forma um pouco diferente.»

E aqui o tenente Judas explica bem qual a nova sociedade que se pretende construir em Portugal — uma sociedade onde os quadros terão um papel fundamental na gestão económica e na vida política, e por isso, um lugar privilegiado nessa sociedade. Não se pretende pois, que os trabalhadores na sua luta imponham os interesses da maioria e submetam os quadros ao seu total controlo — base de uma sociedade comunista.

— Simultaneamente, aparecem os aumentos de tarifas dos CCT, para aumentar os problemas financeiros de alguns jornais. Declara o governo «não se proceda à suspensão precipitada dos órgãos de informação cuja utilidade pública não pode deixar de ser reconhecida». Claro que o critério de 'utilidade pública' é do governo e assim se caminha para a uniformização da imprensa...

Todas estas medidas surgem nos últimos dias. A tónica dos discursos modificou-se drasticamente em relação à dos tempos imediatamente anteriores. Antes, os discursos iam a favor do controlo da produção pelos trabalhadores — como analisámos no editorial do número anterior — tendo especialmente como arauto Otelô Saraiva de Carvalho, com o apoio imediato da própria Assembleia do MFA.

Uma coisa se mantém no conjunto dos discursos — a BATALHA DA PRODUÇÃO.

Vejam primeiro, porque toda a burguesia de Estado em Portugal acorda na necessidade da batalha da produção e a seguir veremos porque surgem no seio do MFA e do CR (únicos órgãos políticos efectivos) tendências diferentes para atingir aquele mesmo objectivo.

BATALHA DA PRODUÇÃO

A burguesia de Estado portuguesa após o 11 de Março e com as nacionalizações realizadas, criou as condições que lhe permitem uma rápida acumulação de mais-valia, mas não tem condições para uma efectiva realização dessa mais-valia através do mercado, que permita a sua transformação em novos capitais.

Na realidade, devido à grande recessão que atravessa todo o mercado externo da esfera americana, e ao atraso das nossas relações económicas com a URSS ou a China, a importância do mercado interno é grande. Mas, como o mercado de consumo particular (alimentos, vestuário, etc.) é secundário no desenvolvimento económico que visa o actual governo, e o mercado dos meios de produção (maquinarias, matérias-primas, etc.)

não se desenvolve rapidamente, torna-se muito difícil a realização da mais-valia.

A consequência social imediata desta conclusão económica é a necessidade, para os capitalistas de Estado, da contenção da classe operária, impedindo as greves, restringindo os aumentos salariais e desenvolvendo formas de trabalho gratuito.

FORMAS DE ENQUADRAMENTO DOS TRABALHADORES

O principal problema hoje para a estratégia da classe dominante é o enquadramento dos trabalhadores. A necessidade de contenção salarial e desenvolvimento de trabalho gratuito exige que esse enquadramento se faça a curto prazo.

Salientam-se a nível do MFA e do CR duas posições diferentes quanto à forma como pode fazer-se o enquadramento dos trabalhadores.

— Uma, defendida pelo grupo Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço e pelo PC, centra-se na fusão MFA-PC, num sentido lato que inclui também a base do PS (não os seus dirigentes), e todas as organizações periféricas do PC: FSP, MES, MDP/CDE.

O enquadramento dos trabalhadores far-se-á por formas mais repressivas — por formas mais ortodoxas, que incluirão certamente as estruturas sindicais.

— Outra, defendida especialmente por Otelô Saraiva de Carvalho, com a ajuda de alguns partidos, como PRP e a LUAR, pretende desenvolver o enquadramento dos trabalhadores pelo MFA, marginalizando os partidos políticos, com a formação de estruturas novas.

Neste caso a contenção é sobretudo ideológica. Resulta da tentativa, por parte da classe dominante actual de recuperação das organizações autónomas criadas na luta pela iniciativa dos trabalhadores. Mas, este modelo de enquadramento dos trabalhadores assenta numa contradição básica: a impossibilidade de sobrepor uma organização que tem como objectivo a contenção dos trabalhadores, a organizações que só existem quando há autonomia política dos trabalhadores — as comissões ou conselhos de trabalhadores.

Enquanto a primeira tendência não dispõe de uma ideologia nova que consiga mobilizar os trabalhadores, a segunda pela sua contradição básica, não funcionará sem o recurso à repressão.

Na realidade concreta a burguesia de Estado portuguesa ver-se-á obrigada a realizar uma forma mista destas duas tendências, onde pode prevalecer uma ou outra consoante o momento concreto.

E neste quadro de lutas no interior do MFA e CR que se reflectem as medidas repressivas actuais que enunciámos no início. Os defensores das formas repressivas de enquadramento dos trabalhadores impuseram nestes últimos dias a sua força e calaram para já o entusiasmo com que se anunciava a recuperação das estruturas autónomas criadas pelos trabalhadores na sua luta.

Mas se há diferenças tácticas na maneira como melhor convencer os trabalhadores a mais trabalhar, a unanimidade existe no tipo de sociedade que pretendem construir.

Toda a sociedade de classes é repressiva: por um lado existe a classe que gere, que decide, que detém os conhecimentos; por outro, a que tudo produz, que executa, mas que não detém poder de decisão, que não tem sequer o direito de saber para quem e por que produz. Para que a minoria possa impor à grande maioria dos produtores os objectivos que lhe são favoráveis terá sempre que ordenar, exigir, reprimir, procurando as melhores formas de enquadramento dos trabalhadores que consigam com maior eficácia, mais explorar.

A classe que detém o poder pode ser uma burguesia privada (que detém todos os meios de produção), mas podem também ser os quadros, os gestores, no capitalismo de Estado. Quando toda ou a maior parte da riqueza passa para as mãos do Estado são os seus gestores que se transformam em exploradores. São eles que decidem, em proveito próprio, toda a vida económica e social. É entre eles que vai ser distribuída a mais-valia extorquida aos produtores.

O comunismo constrói-se através do controlo cada vez maior do conjunto dos trabalhadores sobre a vida económica e social. No local de trabalho, onde se desenrolam as lutas, na prática dessas lutas, os trabalhadores ganham consciência do modo, das formas e das estruturas que têm de criar, para que os poderes de gestão e decisão sejam exercidos por cada vez mais largas camadas de produtores e não por qualquer minoria privilegiada. Os quadros, os técnicos, destacados dos produtores, com tarefas específicas, são o símbolo das sociedades de exploração. Para que o controlo de produção passe para as mãos dos produtores, os quadros têm que ser controlados e submetidos aos interesses da maioria. Não podem ser privilegiados pelas funções que exercem.

As novas formas de poder começam já a formar-se no local de trabalho, através da prática de luta dos trabalhadores. As comissões de trabalhadores, são estruturas de tipo novo. Mas para que elas sejam o embrião da sociedade comunista terão que estar controladas por todos os trabalhadores, através de assembleias ou de plenários, ou seja, têm que assentar no controlo consciente de todos os trabalhadores. Se a maioria dos trabalhadores se torna passiva, as comissões tornam-se órgãos autónomos que passam a decidir em nome da maioria, candidatam-se a novos-futuros patrões.

A SOCIEDADE COMUNISTA SÓ SE CONSTRÓI COM A PARTICIPAÇÃO ACTIVA E CONSCIENTE DA MAIORIA DOS TRABALHADORES.

(1) Na corrida para o poder toda a competição é indesejável. Com o MRPP fora da luta, os que se autoproclamam de extrema-esquerda (e aqui todos unidos da UDP ao PRP), não deixam de mostrar a sua satisfação (usando os mesmos argumentos que o MFA), embora temerosos que o mesmo lhes aconteça.

PERIGO: UMA NOVA POLÍCIA POLÍTICA?

PROPOSTA

A situação em que se vive em Portugal não inspira confiança ao imperialismo americano nem à reacção internacional porque o exemplo da libertação do povo português é um exemplo para os povos oprimidos e explorados da Europa e pode pôr em perigo os regimes capitalistas em crise profunda e os interesses imperialistas na Europa. Para defender os seus interesses o imperialismo provocou uma guerra sangrenta no Vietname, outra no Camboja e instaurou o fascismo no Chile! Sabemos bem que cá no norte existem oficiais burgueses e outros elementos que não têm defendido até ao fim o processo revolucionário e nos estão a tentar controlar.

Agora perguntas tu, porque controlados?

Após o 11 de Março e após o afastamento do 1.º tenente Mendes Fernandes, foi impedido que se fizesse um verdadeiro inquérito à acção de alguns elementos durante esse período e o que se lhe seguiu.

Por outro lado, a acção de certos camaradas, que aparecem como nossos salvadores mas também estão controlados, impede que avancemos e possamos resolver os nossos problemas e a situação grave que aqui vivemos. Os resultados estão à vista:

I) **Segurança no reduto norte:** Porque é que nós militares saímos do reduto norte? Será que não somos capazes de garantir a segurança naquele reduto?

Para quem aguentou como nós todo o processo revolucionário esta situação é inteiramente suspeita e merece um esclarecimento que não nos foi dado até hoje.

II) **Porque saímos do forte?** Será que somos mais fortes do que certas forças políticas que se querem impor, ou será que a nossa presença aí impede de manobrar à vontade? Sim camaradas, temos que estar bem atentos e com cuidado sobre estes problemas e temos que avançar.

Nós, fuzileiros, que passámos um 28 de Setembro e um 11 de Março de mãos dadas, com o rosto marcado pelo sacrifício na defesa da revolução dos oprimidos e explorados. Não pode ser! Todos nós temos que trabalhar unidos para fazer prevalecer a nossa presença aqui pois ela é uma garantia da continuação do processo revolucionário.

III) **Porque é que três tenentes foram afastados da Comissão de Extinção?** Será que são reaccionários ou progressistas? Ou será que também estão a ser vítimas, por não fazerem o jogo das forças políticas que querem manobrar os arquivos do Forte?

Não devemos nem podemos deixar-nos adormecer pois tudo o que aqui se passa é gravíssimo

e só tu e eu, enfim todos nós, poderemos fazer alguma coisa para eliminar tudo isto e concretizar tudo o que temos em mente.

Só organizados e controlados por nós próprios, praças e oficiais revolucionários em conjunto o povo trabalhador devidamente organizado podemos avançar e garantir a via revolucionária em curso.

Portanto devemos exigir:

1.º — Para que possamos prosseguir a nossa tarefa aqui, de tão grande responsabilidade perante o povo português, não devemos permitir que o esquema de segurança se mantenha, devendo todos nós reforçá-lo com firmeza e vigilância de uns para os outros.

2.º — Que a nossa saída do Forte se faça enquanto não fomos completamente esclarecidos das razões que levam ao nosso afastamento.

3.º — Que seja nomeada aqui uma comissão constituída por praças que tenha uma audiência com elementos da Comissão de Inquérito ao 11 de Março de modo a lhe serem relatados os acontecimentos aqui verificados nessa data e no período que se lhe seguiu.

4.º — Que seja manifestada a nossa inteira solidariedade aos tenentes Tomé, Sá Leal e Guerra, reclamando a sua imediata reintegração.

Nomeado o Ten. Judas para a comissão de extinção da Pide, afastados três tenentes, demissão do Major Vargas, demissão de todos os colaboradores civis (com excepção dos militantes e simpatizantes do PCP) e a maioria dos oficiais, sargentos e praças.

AO POVO PORTUGUÊS: Comunicado dos trabalhadores da Comissão de Extinção da PIDE/LP

Considerando: que os documentos existentes nos arquivos das organizações fascistas a cargo desta comissão dizem respeito na sua grande maioria a elementos das massas trabalhadoras e antifascistas de todas as correntes políticas; que esse material é de extrema importância para as forças políticas que pretendem instituir uma polícia política que sirva de instrumento de repressão sobre o povo português e todos os progressistas deste país.

Tem a maioria dos trabalhadores militares e civis desta comissão actuado no sentido de evitar que o material a seu cargo seja utilizado por quem quer que seja para outros fins que não os de desmantelamento do aparelho policial do regime depondo em 25 de Abril e vivem a conseguir o julgamento e condenação dos seus elementos.

Sendo certo que os que ao longo de 48 anos lutaram contra o fascismo pertenciam a correntes ideológicas diferentes e que, após a queda do regime fascista, o que os unia — a luta contra o regime fascista — passou a segundo plano face às contradições entre essas correntes políticas; fácil é de ver qual é o perigo de os arquivos da ex-DGS/LP poderem ser utilizados por uma dessas correntes a seu bel-prazer e para fins que não sejam os acima expostos.

Ha cerca de duas semanas foi nomeado como delegado do Almirante Rosa Coutinho, junto desta comissão,

o 1.º Ten. Miguel Judas, que alguns dias depois afastou, prepotentemente, dos serviços os 1.ºs Tenentes Tomé, Sá Leal e o 2.º Ten. Guerra, responsáveis pela análise dos arquivos das organizações fascistas desde há longa data (os dois últimos, desde a primeira hora).

Trata-se de oficiais progressistas, antifascistas que já pertenciam ao MFA muito antes do 25 de Abril e, que, no desempenho das suas funções nesta comissão sempre se conduziram com total isenção partidária, opondo-se, nomeadamente, a uma velha proposta de utilização, por parte de uma nova polícia de informação política, de todo o material sobre os antifascistas de qualquer corrente, constante dos arquivos da ex-PIDE/DGS e LP, proposta essa à qual se opôs a grande maioria dos trabalhadores desta comissão.

O Comandante do Reduto Sul — serviços de análise documental — Major Vargas, demitiu-se, reconhecendo a competência e isenção daqueles seus colaboradores e manifestando-se solidário com eles, contra a decisão de afastamento que lhe era imposta.

Em face do exposto, sentem os trabalhadores desta comissão o dever de esclarecer e alertar o Povo Português, a Classe Operária, as massas trabalhadoras e todos os lutadores antifascistas e progressistas, para estes factos que consideram extremamente graves e para o facto de a acção da comissão não estar a corresponder aos justos anseios do Povo, não contribuindo eficazmente para o total desmantelamento das organizações fascistas e condenação dos que com elas estavam implicados.

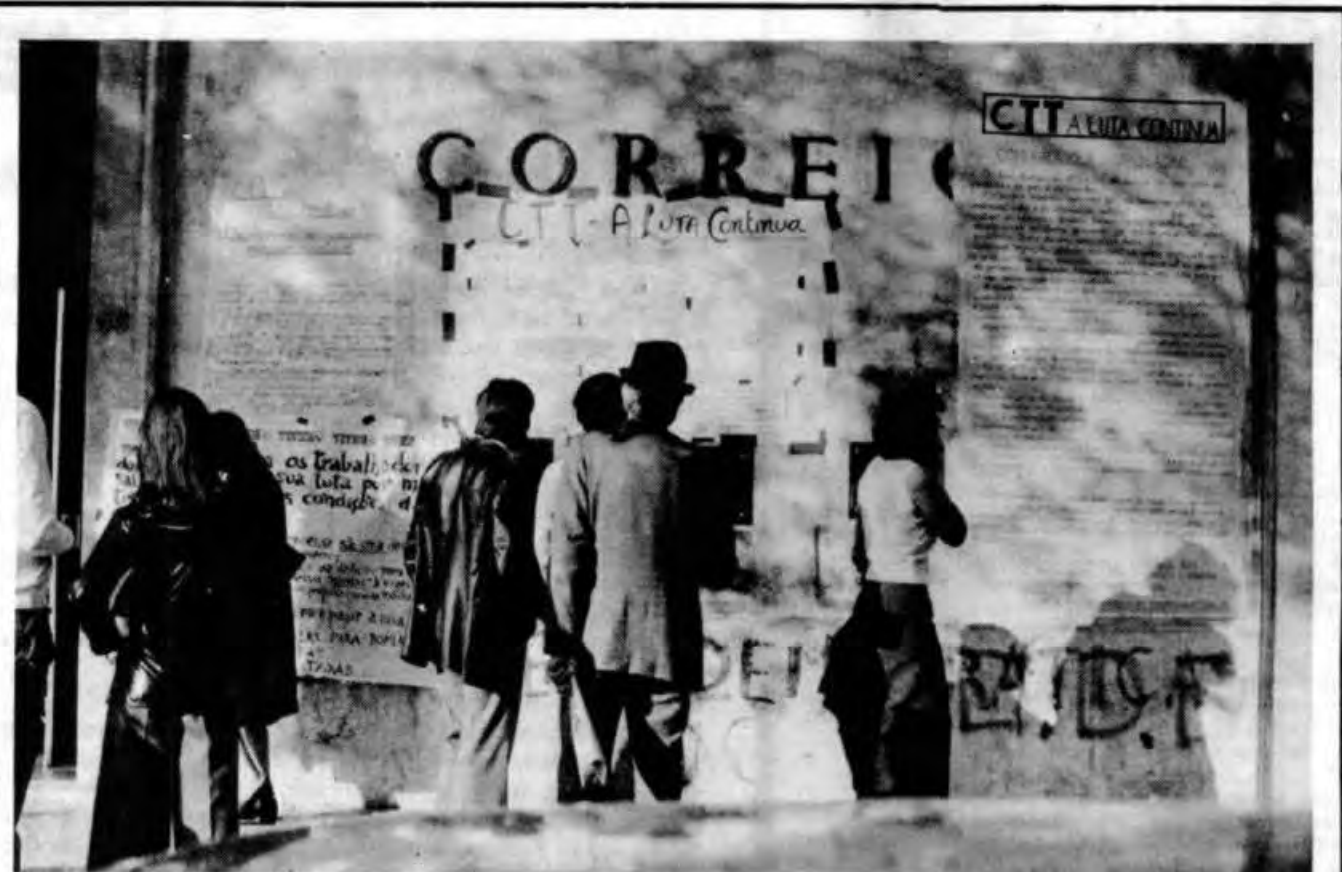
Sublinha-se ainda que, se, até agora, a falta de objectivos claramente definidos, a falta de uma legislação revolu-

cionária que os apoiasse, bem como as sucessivas mudanças de chefia, têm entravado o avanço do desmantelamento, a partir deste momento, tal será agravado pelo facto de os elementos que venham substituir os agora afastados e os demissionários, desconhecem o material arquivado e resultante das investigações, faltando-lhes a experiência que só se adquire ao fim de muitos meses de trabalho, e que permite um mínimo de eficácia ao desmantelamento.

Nesta data, manifestando o seu repúdio pelas manobras que levaram ao afastamento dos tenentes Tomé, Sá Leal e Guerra e à demissão do Major Vargas, solidários com esses oficiais na sua luta e não desejando servir de cobertura a manobras feitas nas costas do Povo Português apresentaram a sua demissão todos os colaboradores civis que trabalham em Caxias, com excepção dos militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português e todos os oficiais, sargentos e praças ali em serviço com a única exclusão de dois oficiais e três praças.

— NÃO À LIBERTAÇÃO DOS FASCISTAS!
— LEGISLAÇÃO REVOLUCIONÁRIA! CONDENACÃO DOS PIDEIS, BUPOS E LEGIONÁRIOS!
— DESTRUICÃO IMEDIATA DE TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE OS ANTEFASCISTAS, CONTIDA NOS ARQUIVOS DA EX-PIDE/DGS E LP!
— REINTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS TENENTES TOMÉ, SA LEAL E GUERRA!

Reduto Sul do Forte de Caxias, 26 de Maio de 1975



SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

A todos os trabalhadores, à população: CTT — a luta continua!

Os trabalhadores dos CTT estão de novo em luta por melhores condições de vida e trabalho.

Após os magros aumentos salariais que nos foram impostos em Junho do ano passado, em dura luta de que os verdadeiros objectivos foram deturpados, as nossas condições de vida continuam miseráveis:

- 3000 assalariados com salários líquidos que muitas vezes não chegam sequer a 3000\$00.
- 2096 telefonistas, 4869 carteiros, 783 guarda-fios, 235 contínuos, 44 motoristas e outros funcionários com salários na ordem dos 4680\$00.
- 4035 operadoras (trabalhadoras que normalmente atendem o público nas Estações), 117 técnicos de telecomunicações e fiscais radioeléctricos auferem salários na ordem dos 4900\$00 líquidos.
- E tantos outros com condições idênticas.

Os salários acima mencionados são atingidos pelos trabalhadores após vários anos de serviço na Empresa, permanecendo nessas situações por tempo indefinido.

De um modo geral a maioria dos trabalhadores citados neste momento com um tempo de serviço que varia entre 5-10 anos, existindo, contudo, trabalhadores com cerca de 40 anos de escravidão ao serviço da Empresa CTT que continuam nas categorias de entrada, auferindo aqueles

salários. Em contrapartida os Snrs. Administradores auferem vencimentos de 35 650\$00 e 34 500\$00, os Directores 27 240\$00. Sub-directores 25 930\$00 e chefes de Divisão 23 270\$00.

Enquanto que para as minorias privilegiadas não é posta em causa a falta de dinheiro, mantém-se a continuação dos hábitos faustosos que a ditadura terrorista de Salazar e Caetano lhes facultou, as maiorias exploradas continuam a viver na miséria, alguns dos quais neste momento já a passar fome.

Desde Junho do ano passado que os trabalhadores dos CTT têm vindo a ser arrastados com promessas de melhoria das suas condições.

Em Janeiro de 75 a Administração prometeu uma reclassificação. Finalmente, em Abril de 75 a Administração entregou ao Sindicato uma proposta de reclassificação da situação relativa dos trabalhadores que não era considerada aumento salarial, pela própria Administração.

Essa proposta que se baseava no já tão ultrapassado leque salarial do funcionalismo público de 1970, foi rejeitada pela grande maioria dos trabalhadores, pois não passava dum tentativa de divisão que consistia em melhorar a situação de alguns deixando a maioria dos trabalhadores — os que menores sa'rios auferem — quase na mesma situação.

Respondendo firmemente a esta manobra, e aceitando a posição do Ministério dos Transportes e Comunicações de que só se pronunciará depois de os trabalhadores se pronunciarem, os trabalhadores dos CTT em amplas reuniões em todo o país aprovaram por maioria esmagadora uma Tabela Salarial proposta pelo seu Sindicato como parte integrante do Acordo Colectivo de Trabalho.

Essa tabela propõe a redução do leque salarial, beneficiando principalmente os mais desfavorecidos.

Esta proposta foi entregue ao Conselho de Administração em 22 de Maio, tendo sido dado prazo de resposta até 31.

E que resposta foi dada aos trabalhadores? O Conselho de Administração, em nova manobra, ultrapassando as estruturas sindicais ao dirigir-se directamente aos trabalhadores, anuncia que depois de consultar o governo não podia acrescentar qualquer verba à que já se havia comprometido na sua proposta anterior — que não consistia em aumento salarial.

Então os aumentos salariais para os trabalhadores dos CTT podem fazer face ao aumento do custo de vida não existem?

Então o Ministério afirma só ser possível pronunciar-se depois de os trabalhadores se pronunciarem, para depois vir a desprezar totalmente a vontade claramente expressa pela grande maioria?

Então enquanto aos trabalhadores de outras empresas do mesmo tipo da nossa são justamente concedidos benefícios, como aos trabalhadores do CP, é-nos recusada uma proposta que continha valores salariais da mesma ordem ou inferiores?

Apelamos a todos os trabalhadores para se solidarizarem com a nossa luta.

LUTEMOS POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO! CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA! ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

O SECRETARIADO NACIONAL DO STCT Lisboa, 4 de Junho de 1975



I. O. S. EM LUTA

Trabalhadores do I. O. S. em luta

Por existir a plena consciência de os dinheiros do Instituto de Obras Sociais pertencerem a todos os trabalhadores beneficiários da Previdência (e não apenas a alguns), os trabalhadores do I. O. S., em face de atitudes marcadamente anti-democráticas e de fraco sentido económico, por parte da Comissão Administrativa, ocuparam hoje, dia seis, as respectivas instalações.

Foram ainda determinantes desta tomada de posição:

- o alheamento total da Comissão Administrativa para com a maioria dos trabalhadores a quem nega ostensivamente o diálogo e a participação nos destinos do I. O. S.
- a não definição de funções em relação a trabalhadores que se declararam desocupados.

— o não reconhecimento da Comissão de Trabalhadores, por parte da Comissão Administrativa, livre e democraticamente eleita, negando-se sistematicamente a conceder-lhe informações.

— a acção da Comissão Administrativa relativamente às Comissões Instaladoras locais, a quem dá vastos poderes de acção, com desconhecimento dos trabalhadores, resultando daí uma descoordenação total nos serviços.

Finalmente, todo o procedimento da Comissão Administrativa ter provocado divisionismo que, de modo algum, servem os interesses da Instituição ou os interesses dos trabalhadores em geral.

Lisboa, 6-6-75

A COMISSÃO DE TRABALHADORES:

R. R.: Os bárbaros e os anjinhos do Senhor

COMUNICADO DOS TRABALHADORES DA RADIO RENASCENÇA

«Vamos lá pôr os pontos nos li...»

A história completa da luta dos trabalhadores da Rádio Renascença reúne argumentos e documentação que um simples comunicado não pode incluir. Quando essa história for feita, seja qual for o desfecho da luta, tornar-se-ão claras muitas posições e o modo como estão relacionadas com o processo político global do País. Será também o momento do Povo português julgar o comportamento contra-revolucionário da entidade patronal, as immoralidades de toda a ordem cometidas à sombra do nome da Igreja e os inúmeros actos de traição, às classes trabalhadoras, de alguns laicos do capital.

No seu último delírio, a que chama o «assalto à R. R.», o conselho de gerência usa e abusa da espantosa capacidade de distorção que o caracteriza e, o que é significativo, revela que o alvo principal dos seus ataques é o Movimento das Forças Armadas e não a acção localizada dos trabalhadores. Assim se explica, por exemplo, que das 127 linhas do texto, 73 sejam dedicadas a ataques ao Governo e às Forças Armadas enquanto os trabalhadores são brindados directamente apenas com 30. Assim se explica também, as sublis insinuações cuja construção só pode ser resultado de uma mentalidade profundamente retrógrada.

Talvez por não encontrar força nos seus argumentos, o conselho de gerência

recorre (treze vezes) às palavras «assalto» ou «assaltantes» numa tentativa infeliz de realizar uma «lavagem ao cérebro» do leitor desprevenido. (Note-se, a título de exemplo, a habilidosa distribuição das palavras: além do título, quatro vezes nas primeiras vinte e quatro linhas, outras quatro no meio do texto com a particularidade de estarem enquadradas por oito referências ao COPCON, e três vezes nas últimas nove linhas). Continuemos, no entanto. Quando o conselho de gerência se mostra incapaz de distinguir um acto de ocupação de um assalto, isso só pode ser resultado de estupidez, ignorância, incompetência ou má-fé. De facto, consideramos que estúdios e emissores de uma estação de rádio são unidades independentes e como tal se devem manter e fruto de uma total incapacidade para apreender a orgânica de uma emissora radiofónica ou da mais deliberada vontade de ocultar a verdade (neste caso aplicam-se os dois princípios). Para além disso, limitamo-nos a estranhar que o conselho de gerência se mostre tão «perplexo» com a ocupação do centro emissor conhecida que é a intenção desse mesmo conselho de propor aos produtores com os quais se encontrava reunido a medida de «ocupação conjunta» dos emissores. Aconteceu apenas que nós antecipámos algum tempo.

Quando o conselho de gerência fala em «violenta» ocupação esquece-se lamentavelmente, de dizer que o único acto violento se verificou quando o senhor Máximo Marques se «entrou» (para utilizar as suas palavras) a um nosso camarada que não respondeu à provocação. Esse senhor foi colocado no exterior com a maior delicadeza possível na circunstância. Entretanto, os restantes trabalhadores do centro emissor permanecem

no interior do edifício onde dialogaram tranquilamente com os nossos delegados e de onde saíram já de madrugada, por sua livre vontade.

Argumenta o conselho de gerência que nós somos uma minoria, contando-nos em «cerca de 20». Embora «cerca de 30» seja a expressão correcta, deixemos isso de lado e passemos à tal centena de trabalhadores. Desconhece a maior parte da opinião pública que a empresa Rádio Renascença, Lda., é uma sociedade comercial por quotas, proprietária de: uma estação de rádio, uma tipografia, uma casa de discos, dois cinemas, prédios e andares, acções diversas, etc. Apenas na estação de rádio trabalham menos de 60 pessoas. Onde vai o conselho de gerência buscar os restantes e coita que não sabemos.

Quando os pedidos de defesa e protecção das instalações de R. R. contra os bárbaros e sanguinários trabalhadores, para além de ser um velho estribilho veio a revelar-se fundamentado: houve uma criminosa sabotagem no emissor de F. M. de Monsanto — SO QUE FOI PRATICADA POR DOIS ELEMENTOS AO SERVIÇO DO CONSELHO DE GERÊNCIA!

Escreve ainda o conselho de gerência que se «pretende tirar à Igreja a possibilidade de fazer chegar a sua voz aos mais diferentes sectores da população portuguesa». Se o conselho de gerência entende que a voz da Igreja passa pela boca de personagens como o senhor Armando Marques Ferreira, então tem razão: não estamos dispostos a permitir que isso continue a acontecer. Resta saber se a Igreja (e não só a hierarquia) considera como porta-voz adequado o Sr. Armando. Pela parte que nos toca, temos a certeza que a população católica

se identifica com vozes fascistas. As autoridades eclesiásticas que se pronunciem, por seu lado.

Para concluir, analisamos apenas uma das perguntas com que o conselho de gerência termina a sua arenga («A quem interessa e quem está empenhado em silenciar a força da luta da Igreja pela verdade, pela justiça, pela liberdade?»).

Embora as palavras verdade, justiça e liberdade, percam sempre todo o significado quando utilizadas por uma administração de Rádio Renascença — e ainda nos lembramos do tempo em que a gerência de R. R. constituída por padres, censurava encíclicas, textos do Vaticano II e a própria Bíblia (!!!) — propomos ao conselho de gerência: que demonstre o seu apego à verdade esclarecendo, por exemplo como são utilizados os dinheiros da Liga dos Amigos da R. R., que demonstre o seu sentido de justiça condenando os criminosos discursos contra-revolucionários dos fascistas que protege, que demonstre o seu amor à liberdade aceitando a LIBERTAÇÃO DE Rádio Renascença agora ao serviço do Povo e controlado pelos trabalhadores.

Lisboa, 5 de Junho de 1975.



CANDIDINHA: OCUPAÇÃO



As trabalhadoras da «Candidinha» estão em ocupação

Há já dois meses que a empresa se encontra em dificuldades, nunca querendo os patrões Manuel Cristóvão, Miguel Palhaça e Lucretia Nogueira Alves, resolver a situação.

Desde 18 de Abril que não recebemos salários!

Depois de longas conversas e de dois dos patrões terem desaparecido passando uma procuração em nome de Mendes Cristóvão e de este se recusar por várias vezes de dar garantia ao trabalho e ao pagamento dos salários, chegando a afirmar que não se interessava pela empresa e que de qualquer modo não tinha dinheiro para fazer os pagamentos, resolvemos fazer a ocupação e continuar a trabalhar para garantir o salário.

Estes senhores que durante mais de 20 anos exploraram como bem queriam, pagando salários de fome e, às custureiras à hora (a melhor forma de extorquir mais dinheiro) e que vendiam o vestuário três vezes mais que o seu preço de custo (havia vestidos de 20 e 30 contos), dizem agora não ter dinheiro e estar endividados...

É evidente que já não podem explorar com tantas facilidades e como os seus amigos foram para o estrangeiro, eles sentem-se agora sozinhos.

NÓS DECIDIMOS: PRIMEIRO VENDER O VESTUÁRIO COM UM LUCRO MÍNIMO QUE NOS PERMITA CONTINUAR A TRABALHAR; SEGUNDO, EM VEZ DE FAZER VESTIDOS LUXUOSOS, COMEÇAR A FABRICAR VESTUÁRIO MAIS PRÁTICO E ACESSÍVEL.

Mas para nós fazermos com que a «Candidinha» não seja mais a empresa só só acessível à alta burguesia, precisamos do apoio e solidariedade de todos vós.

Precisamos do apoio de todos os camaradas de outras empresas de confecções (de senhora, quer loja de modas, etc.) e, por outro lado, de todos aqueles que queiram solidarizar-se conosco, divulgando a nossa luta e comprando aquilo que produzimos.

Estamos confiantes que com o vosso apoio, poderemos continuar a lutar pelo fim da exploração e pela garantia ao trabalho de 130 trabalhadores da empresa.

Trabalhamos! Queremos viver! Unidos e organizados, venceremos!

Abaixo a exploração capitalista!

A Comissão de Trabalhadoras da «Candidinha»

A QUESTÃO SALARIAL NA FUNÇÃO PÚBLICA

Desde o seu início o problema salarial assentou em bases erradas: em vez de se seguir, em primeiro lugar, a definição de princípios gerais e só posteriormente se apresentassem, segundo os pontos aprovados, propostas salariais concretas, a Comissão Directiva Regional Provisória entendeu que isto estava incorrecto e que se devia levar uma outra via. Resultado — aparecimento de 28 propostas (umas de princípios gerais e outras não) que se tornam praticamente impossíveis de discutir em pormenor por todos os trabalhadores. Mas a C. D. R. P. reconheceu o erro e esta impossibilidade: Assim, apresentou uma «proposta de princípios gerais» que tenta ser uma «síntese de todas as outras», mas que por sua vez torna a cair em variados erros, que nos propomos analisar, e, ao mesmo tempo, dar uma perspectiva e resposta correctas.

Podemos dividir em dois tipos os erros da proposta da C. D. R. P.:

- um, que diz respeito à forma como a proposta vai ser debatida (ponto 1);
- outro, em que se inserem os erros constantes no outro ponto da proposta (ponto 3) e relativos à especificidade dos princípios gerais.

Lisboa, 6-6-75

A COMISSÃO DE TRABALHADORES:

a) Uma proposta de princípios gerais só pode ser entendida como necessidade metodológica no trabalho reivindicativo e não como uma primeira etapa de negociações com a entidade patronal — Governo. Assim, não nos parece certa a apresentação ao Governo de princípios gerais, que apenas interessam como ponto de partida para os trabalhadores poderem definir correctamente, e num quadro restrito, as suas reivindicações.

O 2.º tipo diz respeito ao 3.º ponto da proposta, que peca pela falta de objectividade das reivindicações primárias apresentadas:

- a) Quanto às regalias sociais o que temos a exigir é a extensão dos direitos existentes nalguns Ministérios a toda a F. P. (subsídio de almoço ou cantina, supermercado, assistência materno-infantil, etc.).
- b) As diuturnidades devem definir-se tendo como princípios: um quantitativo igual para todos, actualizáveis conforme a subida do salário mínimo e correspondentes a uma percentagem desse salário mínimo.
- c) Quanto ao problema da tabela salarial continua a notar-se a mesma falta de precisão e de método.
- não estabelece um salário mínimo;
- não se define o congelamento de salários a partir de determinada quantidade;

— não se apresentam as soluções que podem ser conseguidas para lutar contra o aumento do custo de vida;

- dizer exclusivamente que «na elaboração da tabela salarial se tenha em conta a desigualdade de vencimentos entre o sector público e privado, o aumento do custo de vida, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em particular dos mais desfavorecidos, o encurtamento do número de categorias», corresponde, afinal, a não avançar medidas imediatas para conseguir tudo isso; corresponde a dizer «coisas muito bonitas» sem apresentar final soluções eficazes para o conseguir.
- Em resumo — à proposta da C.D.R.P. criticamos principalmente o modo como apresenta os problemas e a forma como pretende discutir uma tabela salarial.

Como sabemos que os trabalhadores da Função Pública sentem os salários de miséria que têm e o aumento sistemático do custo de vida, temos a certeza que esta é a melhor forma de defendermos os nossos interesses. Se da outra vez o aumento foi provisório e incompleto, pois que desta vez ele corresponda aos nossos anseios nem que para o defendermos tenhamos de vir outra vez para a rua em manifestações de modo a reduzir-se o leque das categorias.

— Salário mínimo de 6000\$00;

— congelamento de aumentos a partir de 13 000\$00;

— introdução da escala a nível de salários contra o aumento do custo de vida (conforme os preços sobem, dá-se uma revisão imediata dos salários);

— a trabalho igual, salário igual de modo a reduzir-se o leque das categorias.

DELEGADOS SINDICAIS DO L.N.E.: D.G.P.; I.R.A.

uma organização sindical que defenda os nossos interesses, pela nossa independência reivindicativa face ao Governo, por aumentos que façam face à carestia da vida.

II

Na medida em que consideramos que a proposta da C. D. R. P. tem pontos correctos e desejamos preservar a unidade dos trabalhadores em torno de uma única proposta, mas que seja a mais certa e eficaz, adiantaremos as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas em AGT.

1 — Que, numa primeira fase, seja elaborada uma proposta de princípios discutida e aprovada pelos T. F. P., enquadrados pelas organizações pró-sindicais de Lisboa, Porto e Coimbra.

2 — Que na elaboração da tabela salarial «...o encurtamento das categorias...» Assim apresentamos:

— Salário mínimo de 6000\$00;

— congelamento de aumentos a partir de 13 000\$00;

— introdução da escala a nível de salários contra o aumento do custo de vida (conforme os preços sobem, dá-se uma revisão imediata dos salários);

— a trabalho igual, salário igual de modo a reduzir-se o leque das categorias.

DELEGADOS SINDICAIS DO L.N.E.: D.G.P.; I.R.A.

NOVO RUMO — NÃO HÁ UM GERENTE TODOS

(Continuação da pág. 2)

balhadores que foi eleito em Dezembro do ano passado, era composta por 9 membros e era apenas para apresentar estas questões à entidade patronal e para servir de ligação entre todos os trabalhadores e o patrão e o Ministério do Trabalho. Com o abandono dele no dia 20 de Fevereiro, porque a Comissão de Trabalhadores de 9 membros parecia ser demasiado numerosa, tornou-se necessário fazer a eleição de uma Comissão de Gestão.

Fez-se em plenário e por voto secreto, foram eleitos 3 indivíduos para a Comissão de Gestão. Um que já fazia parte da Comissão de Trabalhadores — o camarada Serafim — e dois que não eram da Comissão de Trabalhadores e são da Comissão de Gestão, que sou eu e este camarada, o João Aires. Somos, então, nós os três que estamos a fazer a gestão da empresa desde o dia 20. Aliás, ficou desde logo assente que essa gestão cessaria quando se fizesse a sindicância. As nossas funções são: na parte de tesouraria e contabilidade que é daqui do João Aires, eu tenho a parte de economia e finanças e o Serafim tem a direcção de toda a parte técnica. Estas são as nossas funções específicas na gestão. Na realidade nós achamos que era difícil serem 9 a dirigir. Cada vez que fosse preciso tomar qualquer decisão de imediato, ter de se estar sempre a falar com 9 e às vezes podiam não estar presentes. Assentou-se então que essa Comissão de Gestão trabalharia reunindo diariamente e reunindo uma vez por semana com a Comissão de Trabalhadores. Se e p r e que houvesse qualquer assunto de maior interesse seria posto em plenário.

Não foi bem assim que as coisas se passaram, até porque nós temos quase diariamente reunido todos, porque os assuntos aqui, parece que não, mas são bastantes. As coisas têm-se desenvolvido com uma velocidade vertiginosa e a gente tem de reunir quase diariamente. Nós estamos aqui sábados, às vezes domingos. Não se cumpriu esse programa mas não foi para menos, foi por excesso. Quando ao limite de decisão, foi uma das coisas que nós impusemos a nós próprios desde o princípio: que quem dirige esta empresa ao mais alto nível são 120 pessoas.

Nós temos 3 que prestam contas a 9 e depois 11 — porque como já disse um está nas 2 comissões — que prestam contas aos restantes. Claro, que quando nós prestamos contas aos 9 integramos-nos neles, quando os 11 vão prestar contas aos 120, integram-se neles, porque somos todos trabalhadores, porque todos temos os mesmos direitos. Sempre que há a mínima coisa que nós achamos que pode trazer qualquer responsabilidade, uma qualquer decisão de maior interesse, não obstante nós estamos permanentemente a dar conhecimento a todos os trabalhadores dos nossos actos, temos até ali fora um quadro onde p o m o s os comunicados e acendemos uma luz vermelha, quando há a luz vermelha é porque já foi comunicado e vão lá ler. Todos os nossos passos, inclusive esses processos que contei do tribunal que ele pôs contra nós, até fotocópias desses processos lá são postas. Todos os nossos comunicados à imprensa, tudo, os nossos camaradas sabem e se não sabem é porque não querem lá ir ver. Mesmo assim, sempre que há qualquer decisão mais importante é sempre, sempre posta em plenário, e a o como por exemplo disse, quando o Orlando não quis afastar o Fausto. A Comissão sabia perfeitamente qual era a opinião dos trabalhadores já expressa desde Dezembro, mas não quis tomar uma decisão sem primeiro falar com eles, e a decisão foi, como esperávamos, unânime: «esse senhor não entra». Passámos a controlar as entradas, mas foi o pessoal todo, foram os trabalhadores que decidiram. Quando depois se pensou que a melhor via para resolver o assunto era entrar numa cooperativa, isso foi posto também — não obstante ter havido os comunicados — em plenário. Depois, e cá temos novamente todos a decidir, o exemplo dos estatutos da cooperativa. Nós baseando-nos no modelo que nos foi fornecido pela Federação das Cooperativas Industriais, Cooperativas de Produção, adaptámos esse modelo ao nosso caso especial. Foi discutido não entre os três, mas entre todos, Comissão de Gestão. Depois disso tudo entre a Comissão de Trabalhadores e a ter sido discutido entre nós — porque nós não podemos admitir outra forma senão ser discutido por toda a gente — depois disso tudo ser feito, nós não consideramos os estatutos prontos. Fomos primeiro fazer grupos de trabalho, que reuniam 6, 10 com cada

um de nós, para procurar mentalizá-los sobre o que representa para nós uma cooperativa e o que é que pode resultar para o país, até porque alguns estavam um bocadinho afastados dessa ideia; explicar-lhes o que pretendíamos com uma cooperativa, o que é uma cooperativa, dentro daquele pouco que sabemos. Depois deles estarem mais ou menos esclarecidos, mesmo assim, nós convocámos um plenário, em que foi posto à discussão ponto por ponto o projecto de estatutos, que aliás, ainda nesse plenário teve 2 artigos modificados. Só depois disso é que nós levámos os estatutos para o notário para se fazer a escritura. Todas as decisões são realmente tomadas ao nível mais alto. Em vez de termos um indivíduo que mandava num monte de gente, não, temos todos, mas todos com direitos de decisão. Para podermos tomar decisões, têm que ser informados permanentemente. Estão a ser informados diariamente do que se passa. Ainda hoje, no M. do Trabalho, onde se obteve mais uma prorrogação para a credencial, disso vai também ser dado conhecimento.

Combate — Quem pode convocar os plenários? Um trabalhador ou vários trabalhadores podem convocar um plenário, ou é só a Comissão de Gestão?

Trab. D — Até agora nunca sucedeu um trabalhador ter convocado um plenário. Mas dentro do espírito democrático que aqui temos, eles sabem perfeitamente que podem fazê-lo. Talvez nunca tivessem achado que era necessário. Porque se o fizerem, qualquer grupo de trabalhadores pode convocar um plenário.

Não há um gerente. Queremos 120 gerentes.

Combate — As pessoas que actualmente fazem parte das comissões continuam as suas funções anteriores dentro da empresa?

Trab. D — As funções da Comissão de Gestão são como não poderia deixar de ser, acumuladas com as funções que já cá exercíamos e continuamos a exercer. Não há um gerente. Não queremos gerentes! Nós queremos 120 gerentes. Eu continuo a ser empregado de escritório, o Serafim continua a ser o homem que continua a fazer o mesmo serviço, ou seja, a dirigir aquela parte a que chamamos Estudos e Projectos. O João Aires continua com a contabilidade e a fazer a caixa. Continuamos precisamente com os mesmos serviços que fazíamos até aqui. Todos os membros da Comissão de Trabalhadores também. Não houve qualquer alteração na execução das funções específicas que a gente tinha que executar aqui. O que temos é além disso ainda este trabalho da gestão.

Novas relações de trabalho?

Combate — Depois da formação da cooperativa, ou mesmo antes, durante todo o desenrolar do vosso processo, vocês introduziram novas relações de trabalho aqui na fábrica, ou pensam que há hipóteses de modificar as relações no trabalho, os ordenados que podem ser arbitrários até agora, a disciplina no trabalho, os horários, etc.

Somos nós que nos vamos classificar uns aos outros

Trab. A — Nós entendemos que as relações de trabalho que nos vêm do passado estão todas erradas e pretendemos modificá-las. E começámos a modificá-las na medida em que, quando começámos a discutir os estatutos, imediatamente esses estatutos vão a discussão quanto a classificações, quanto a salários. Portanto, vai ser discutido, mas em geral, por todos nós. Porque somos nós que nos vamos classificar uns aos outros. Quando fizermos um sindicato vertical, vamos abolir todas as regalias contratuais que tínhamos a nível de contratos de trabalho, pois tínhamos 7 ou 8 contratos de trabalho aqui. Isso vai ser ultrapassado, na medida em que vamos ficar todos com as mesmas regalias. Quando digo isto, o que é que vamos fazer? Vamos-nos reunir todos e discutir qual é a capacidade de produção, qual é a classificação que vamos ter. Não vai haver uma Comissão de Trabalhadores, não vai haver uma cúpula, não vai haver um chefe que vai estabelecer que aquele indivíduo vai ser classificado com a letra A, outro com a letra B, etc. Não! Somos nós todos em discussão, primeiro por sectores e

depois a nível geral que nos vamos classificar uns aos outros; que vamos determinar qual a nossa capacidade de produção e qual vai ser a categoria atribuída de produção, neste caso, entendase, dentro da cooperativa.

Parece-me que isto é já alterar todas as leis do trabalho, que vinham do regime anterior.

Trab. C — Os chefes terão uma função diferente. Deixam de ser capatazes.

Trab. A — Os chefes derivarão, como se entende da própria classificação que os trabalhadores atribuírem uns aos ou-

trab. era um indivíduo que vinha para aqui, o patrão não atendia à sua formação, mas simplesmente pretendia tirar o máximo de lucro da capacidade desse aprendiz. Nós pretendemos fazer cursos de formação, queremos transformar o aprendiz, não para dar lucros à cooperativa — até porque a cooperativa não dá lucros — essencialmente o que pretendemos fazer do aprendiz, é transformá-lo num bom profissional. E não só. Além disso, estamos a pensar também na parte cultural. Estamos a pensar na formação do indivíduo a todos os níveis.

do a contribuição de cada produtor para a obtenção do ponto final». Aqui mais à frente diz: «Os critérios de distribuição dos valores líquidos indicados no parágrafo 1.º do artigo anterior, serão acordados entre os produtores de cada sector e apresentados à direcção da sociedade que os submeterá, com o seu parecer, à aprovação da Assembleia Geral».

Isto implica precisamente que a direcção terá que apresentar uma tabela base, que será depois discutida entre todos. O problema mais grave que se levanta para aqui não é a classificação dentro de uma profissão. Dentro de cada actividade há uma ordem, o que é simples. Há um indivíduo com mais capacidade e outros a seguir, a seguir, etc. A dificuldade surge quando se pretende integrar esta gente. Pergunta-se: o que é que vale mais? E um indivíduo que está a levantar postes? É um serralheiro que trabalha com um torno? É um empregado de escritório, que faz um trabalho com uma máquina de calcular?

O que se pretende agora com os sindicatos verticais — e disso não temos experiência nenhuma — as tabelas que eu vi até agora, parece que ainda não satisfazem completamente. Pretendemos que aqui seja tudo discutido por todos. Essas equivalências serão discutidas e aprovadas por todos os trabalhadores. Como disse aqui este camarada, obviamente que os trabalhadores todos ao porem um indivíduo na classe A, estão a pô-lo na situação do indivíduo que está a dirigir o trabalho. Não é o chefe da secção, mas é o que dirige o trabalho. Como 2 vezes por ano fazemos assembleias para admitir sócios e para rever critérios de classificação, todos os trabalhadores têm o direito de, nessas revisões, se tinham colocado um indivíduo na classe B e acham que ele está lá mal, passá-lo para baixo, desde que o justifiquem capazmente. Tem essa possibilidade.

Além disso, temos aqui também um ponto que diz: «Haverá uma total igualdade de condições para todos os produtores, quanto a horários, férias e outros direitos, que eram contratualmente diferentes, seja qual for a sua profissão e a função que executem». Isto precisamente para evitar que haja aqui indivíduos que ainda pudessem ser considerados privilegiados neste ou naquele aspecto. Como disse, tínhamos aqui 8 sindicatos; a tabela que estivemos a preparar e que vai ser agora feita pela direcção, apontava já aí para 17 ou 18 classes. Nós tínhamos aqui entre todos os trabalhadores 39 salários diferentes. Em 118 pessoas tínhamos 39 salários diferentes. Isto é absolutamente inadmissível. Tentamos agora pôr em 18 e dentro do mais breve tempo possível, reduzir lá para umas 12. Claro que, como é natural, esta redução de leque, faz-se subindo as classes e fazendo o patibular, vai-se dar como que uma estagnação nas classes mais elevadas, visto que são aqueles que nós achamos que já têm hoje o rendimento que lhes chega, pelo menos para viver. Os outros, que às vezes até tinham salários inferiores ao limite mínimo para sobreviver, esses não podem continuar assim. Temos que reduzir o leque salarial. Mas temos que fazer essa redução de baixo para cima.

Unidade prática de todos os trabalhadores

Combate — Queríamos saber se aqui dentro existe uma verdadeira unidade entre os trabalhadores ou se existem divisões.

Trab. D — Tem-se notado logo desde o início uma certa unanimidade de opinião. Não há divisões aqui. Claro que não quero dizer que todos, todos os indivíduos estejam absolutamente de acordo, até porque isso seria mau. E seria talvez uma demonstração de que aceitavam tudo passivamente. Tirando 2 casos que se passaram aqui entre dois indivíduos, menos esclarecidos ou um pouco mais patetas, toda a gente no fim acaba unanimemente nas decisões. Temos encontrado aqui uma equipa que, por exemplo, se oferece voluntariamente para trabalhar sem receber, claro, ao sábado e ao domingo. Vemos que há aqui assim o máximo de esforço e nunca ninguém se queixa disso. Temos até aqui uma fase em que trabalhávamos numas condições quase sub-humanas, mas mesmo assim o pessoal não se queixava. Desde que temos a Comissão, até às vezes é demasiado. Concordam de mais com aquilo que nós dizemos, nós é que exigimos que a coisa seja

COMISSÃO DE TRABALHADORES DE FRANCISCO MÁXIMO D'ALMEIDA

HC/JP

EXMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PRAÇA DO MUNICÍPIO LISBOA

Lisboa, 30 de Maio de 1975

Exmo. Senhor

Recebemos o concurso limitado nº 86, dessa Câmara Municipal, ao qual nós podemos candidatar-nos, não por incapacidade na sua execução, mas por conter normas que nos eliminam, levando-nos à presente exposição.

Dentro da luta definida pelo Governo e que nos parece a mais correcta para o desenvolvimento da Nação, estamos também empenhados na luta para vencer a batalha de produção.

Porque o gerente e dono da firma abandonou, levantando o dinheiro dos Bancos, sem se preocupar com as dívidas que contraía para com o pessoal, fugiu e a banca, fugindo para Inglaterra, numa atitude de autêntica sabotagem económica, decidiram os trabalhadores constituir uma cooperativa de produção.

Pretendemos, como é natural, continuar a executar o mesmo tipo de trabalhos que já efectuávamos e outros que se encontrem dentro das suas possibilidades de recursos humanos e de equipamento.

Mas se a nossa atitude se integra no processo revolucionário que atravessamos, já o mesmo se não pode dizer de alguns organismos oficiais e autarquias locais, como o caso da Câmara Municipal a que V. Exa. preside.

Nos concursos limitados, estabelece-se que para ser admitido ao concurso é necessário "que o concorrente apresente documento comprovativo de que se encontre inscrito no âmbito respectivo".

Ora, não estamos a ver uma cooperativa de trabalhadores inscrita num "Grémio", nem nos parece que um após o "25 de Abril" ainda a não inscrição num organismo que vem dos tempos do Estado Corporativo e nele se encontrava bem integrado, seja condição eliminatória das propostas apresentadas pelos que apenas pretendem trabalhar, direito que nunca se deve negar sobretudo na situação actual da nossa economia.

Também nos cadernos de encargos, nas suas condições gerais, se encontram disposições que parece serem aplicadas apenas para defesa dos empregatários do tempo antigo.

No capítulo III, encontram-se na parte "Pessoal", no artigo 40, "o proponente deverá indicar conjuntamente com a sua proposta um engenheiro, ou um agente técnico de reconhecida competência, electrotécnicos, para tomar a direcção e responsabilizar "os Trabalhadores" e no seu parágrafo 10 que "o proponente terá provável documentação que juntará à sua proposta que o técnico referido no corpo deste artigo já pertencia aos quadros da firma em data anterior à da publicação do anúncio do presente concurso". (Sublinhamos nossos).

A exigência contida no parágrafo afigura-se-nos uma pretensão e é suficiente para afastar dos concursos entidades como a cooperativa que estamos formando, que tem mais de 120 trabalhadores, mas não tem capacidade para integrar nos seus quadros um engenheiro a trabalhar permanentemente, à espera da publicação de uns possíveis concursos de qualquer Câmara Municipal regida por tais normas.

No parágrafo 29 do mesmo artigo 40 diz-se que "será condição de preferência que tal técnico seja experiente no conhecimento do material e da técnica que o mesmo envolve". (Sublinhamos nossos).

Mesmo que a nossa cooperativa tivesse capacidade para integrar um engenheiro, ainda pelo que sublinhamos no corpo do artigo e no seu parágrafo 29, ficáramos sujeitos a uma aprovação que nos parece demasiado subjectiva, pela ambiguidade das condições quanto à competência indicadas no caderno de encargos.

Ainda no Capítulo III, na parte "Preferência", se encontra disposto no parágrafo 29 do artigo 50 que "o proponente juntará, conjuntamente com a sua proposta, lista das obras do mesmo tipo já realizadas em Lisboa, e, ou, no resto do País".

Ora, se os trabalhos são fiscalizados pelo pessoal dependente da Câmara que verifica se estão bem executados e de acordo com as condições especiais dos cadernos de encargos, achamos que esta condição de preferência só pode ser interpretada como mais uma medida para defender os tais empregatários do tempo antigo a que já nos referimos.

Pelo que expomos, permitto-nos sugerir que sejam revistas as condições e normas dos concursos, no sentido de serem oferecidas iguais oportunidades a todos os concorrentes, sem cláusulas que permitam, legalmente, proceder à discriminações, de forma a que todos os que pretendem trabalhar sejam devidamente aproveitados, sem favoritismos mas com justiça.

Confiamos em que V. Exa. não deixará de apreciar o caso que apresentamos, subscrevemo-nos com elevada consideração.

De V. Exa.
Atentamente
pela COMISSÃO DE TRABALHADORES

trab. pois os trabalhadores ao classificarem determinado indivíduo com a categoria de letra A, na sua função técnica, na sua capacidade de produção, automaticamente estão a dizer que ele é um indivíduo profissionalmente mais competente. Esse terá que ser o orientador o que não tem nada a ver com a questão de ser o capataz ou o fiscal. É um camarada de trabalho que está mais apetrechado tecnicamente e que, por conseguinte, tem todo o dever de orientar os outros e até de os formar. Na questão de aprendizagem, como se sabe, o aprendiz era um ser explo-

Somos ambiciosos, mas com o tempo talvez lá cheguemos.

Trab. D — Aliás, como consta dos próprios estatutos, nós podemos verificar, aqui por exemplo, na questão da classificação «os produtores da cooperativa, sócios e candidatos, serão creditados pela sua quota-parte na produção, na base dos valores dessa mesma produção, depois de deduzidos os custos directos e os custos indirectos. Agora diz aqui: «Pela diversidade de actividades que não permita a aplicação de uma unidade de medida, haverá uma tabela de classificação por pontos, consideran-

SOMOS GERENTES

discutida, é uma das coisas que nós temos sempre imposto, é que eles apresentem críticas. Claro, críticas construtivas, como é óbvio, mas que apresentem críticas, porque nota-se aqui uma grande unidade.

Trab. B — Quero focar uma das únicas notas discordantes que houve aqui dentro dos quadros da firma. Só tivemos que proceder a um saneamento (visto que o Sr. Fausto Marques não era funcionário da firma). Houve apenas um saneamento de uma senhora que era uma lacaia, digamos assim era...

Trab. C — Não quis aderir ao movimento.

Trab. B — Estava do lado do patrão, na medida em que assistiu ao plenário, votou para a eleição da Comissão de Trabalhadores, tinha conhecimento realmente, porque se ela votou e aprovou a existência dessa Comissão de Trabalhadores, mas quando surgiram problemas nas relações entre os trabalhadores e a entidade patronal e lhe foi exigido um esclarecimento sobre determinado assunto disse que não reconhecia nenhuma comissão de trabalhadores, e só daria conta dos seus actos à entidade patronal. A partir dessa altura a comissão suspendeu-a e apresentou o problema em plenário de trabalhadores.

Trab. C — Lá está os trabalhadores a decidirem.

Trab. B — Os trabalhadores decidiram por unanimidade que essa senhora devia ser saneada e foi assim que se fez.

Quanto ao resto foi, como eu tenho reparado, até mesmo no seio da própria comissão, temos discussões muito grandes, os nossos pontos de vista divergem muitas vezes e de que maneira, mas posso dizer que essas divergências são duma maneira levadas e orientadas e motivadas, porquê? Porque nós pretendemos muitas vezes que eu tenha uma ideia que os meus pontos de vista defendem melhor os interesses da classe trabalhadora, porque eu pertanço à classe trabalhadora, quando defendo os meus interesses estou a defender os dos outros, pois aqui outro camarada entende que a maneira de ver dele é que está mais correcta porque é a melhor maneira de defender os interesses dos camaradas todos. Mas as nossas discussões visam sempre a um, vá lá como direi, a conseguir as melhores soluções para os problemas que nos surgem no dia a dia. Não há aqui opiniões sectárias, posso mesmo dizer que não há

lutas partidárias, lutas políticas e de partidos aqui não há. Há uma unidade bastante grande e uma consciência de classe. Já conseguimos aqui, e eu sei que a maioria dos camaradas até ao 25 de Abril não tinha percepção clara do que seria isso, nem lhe passava pela cabeça o que seria a consciência de classe, nem nunca se interessavam por essas coisas, mas eu noto que a partir do 25 de Abril criámos aqui, posso dizer, uma consciência de classe. E eu entendo até que a melhor educação política de todos os trabalhadores será justamente a sua luta no dia a dia, em face dos problemas, na resolução dos problemas da classe, e é assim que se vai atingindo uma consciencialização política. Quanto a mim acho que é a melhor via.

Os Sindicatos

Combate — Quais as vossas relações com os sindicatos e qual o apoio que eles vos têm dado?

Trab. D — Quanto aos sindicatos temos tido o apoio que temos solicitado. Claro que no princípio tínhamos mais necessidade. Eles apoiavam-nos mais, com relevo especial para, por exemplo, os técnicos de desenho, os metalúrgicos, para o pessoal de escritório. Mas depois como a nossa luta tem sido orientada por nós, nós temos solicitado menos o auxílio deles. Mas sempre que foi solicitado foi bem aceite.

Na realidade o que muitas vezes se nota nos sindicatos e estou convencido que se houvesse muitas empresas a lutar como a nossa não podiam dar a assistência devida por carência de quadros. Talvez em número nuns lados, em qualidade noutros.

Temos tido também apoio, e esse para nós preciosíssimo, porque já é o segundo processo que o patrão põe contra nós, como já disse, e por exemplo toda a assistência jurídica, todo o trabalho para as contestações foi feito com a Intersindical e gratuito e isso tornava-se bastante trabalhoso e complicado para nós se não tivéssemos a quem recorrer de imediato.

Cogestão — Autogestão

Combate — No início do vosso processo puseram a hipótese de entrarem em cogestão com o patrão. Parece-me

que seria importante vocês, depois da vossa experiência de autogestão ou de cooperativa agora, falarem sobre as diferenças entre os processos de cogestão e autogestão.

Trab. A — A cogestão não nos interessa nem nos deve interessar, na medida em que a entidade patronal nunca está interessada em fazer algo limpo connosco. Sabemos que eles fazem sempre batota e francamente a cabeça nos sempre por ser enganados, ou pelo menos, corremos o risco de ser enganados. Quanto à autogestão também acho que, a gente autogerir-se eu falo no nosso caso — autogerir uma empresa que tinha um passivo de 16 000 contos e um activo de 5 000 contos era estarmos a tomar conta dos problemas que ele tinha criado e não conseguia resolver e não estamos interessados, mesmo nada em estar a gerir bens do Sr. Orlando Costa de Almeida, por conseguinte, acho que o mais correcto, pois nós fomos arrastados, neste caso, para uma autogestão forçada, como eu digo, ficamos órfãos e tivemos que tomar conta do barco, para isto não parar, mas apenas como medida transitória. Começamos a pensar imediatamente que a cooperativa, e quando digo cooperativa refiro-me a sermos outra empresa, outra entidade jurídica, a gerirmos já o que é nosso e não o que é do patrão. Isso é o que eu acho que é o mais correcto, e é o que nos interessa.

Algumas iniciativas que os trabalhadores gerem e os trabalhadores criam

Combate — Nós sabemos que nos primeiros tempos, quando não tinham dinheiro em caixa para pagamento de ordenados, tiveram iniciativas diversas, fizeram algumas obras de artesanato para arranjar algum dinheiro. Podem-nos falar sobre isto?

Trab. C — Nós estávamos com pouco trabalho e não só, com pouco capital... evidentemente que não nos interessava estar a arranjar mais trabalhos, precisamente pela falta de dinheiro que havíamos, e que alguns camaradas se lembraram que tinham lá em casa uns cinzeiros uns cavalos, umas bonecas, artigos de decoração, pois a fundição tinha pouco a fazer, a cromagem tinha também pouco a fazer. Na fundição ainda havia alguma matéria-prima, começámos a fazer uns bonecos e pusemos

à venda pelo preço mínimo a que se podia fazer. Não tirámos dali lucro nenhum, era só e é, para manter o pessoal em laboração e não era mais nada, tínhamos também uns cabides...

Combate — E como é que arranjaram o circuito de venda?

Trab. C — Fizemos uma exposição no matadouro municipal de Lisboa, uma exposição na CRGE, outra na Fundação de Oeiras; vinham cá pessoas a quem dizíamos o que fazíamos, nós levávamos também uns bonecos, mostrávamos às pessoas, elas gostavam, compravam. Depois essas pessoas falavam a outras que depois também cá vinham e compravam. Já se fizeram assim umas centenas largas de contos, cerca de 300 contos nessas bugigangas, aquilo para nós só tem valor decorativo, é uma coisa que vai acabar. É provável que continuemos com

uma pequena secção para trabalhar nisso, em todo o caso nós estamos convencidos que isso vai acabar, que o superfluo acaba mesmo.

Trab. A — Já há muitas iniciativas. Até estamos a pensar estudar processos para evitar importações. Por exemplo, no capítulo da sinalização, temos um camarada que já está a idealizar um sistema, que não é nada de novo, mas que em todo o caso ainda vem da Espanha e da França, todo esse sistema que há aí de semáforos. Depois há quadros luminosos para campos de jogos, também estamos interessados nisso. Estamos a pensar que tudo o que puder ser feito aqui e que agora vem do estrangeiro, vamos avançar com isso para a frente e vamos apresentar as nossas ideias para ver se têm interesse. Se tiverem interesse vamos continuar.

CAMARADA: A NOSSA SOBREVIVÊNCIA ESTÁ NAS TUAS MÃOS

O jornal «Combate» é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta.

É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate ao capitalismo.

Mas, se grandes são as lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.

O «Combate», que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.

Se achas que o «Combate» tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando assinantes os teus amigos e camaradas.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

AUMENTO DO PREÇO DO «COMBATE» / CONTAS

Preço do jornal (tipografia)	12.400\$00
Vendas: 2500 x 1\$50	3.750\$00
2500 x 2\$50	6.250\$00
①	10.000\$00

2.500 x 2\$10	5.250\$00
2.500 x 3\$50	8.750\$00
②	14.000\$00

Como é evidente, estas contas referem-se a um optimo de vendas (totalidade da edição). Por outro lado, não incluímos senão o preço de custo base do jornal, que é bem entendido, o maior. Foi porém em função destas contas que verificámos que o preço mínimo de vendas do «Combate» teria que ser fixado em 3\$50.

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º _____

1 ano (26 números) — 90\$00; 6 meses (13 números) — 55\$00; apoio (anual) — 120\$00 mínimo.

Europa (1 ano — 168\$00); USA (1 ano 210\$00) (por avião); Angola (1 ano — 207\$00).

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio _____ \$ _____

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48 C.-D.
LISBOA - 4

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES a QUEM OS SUBSCRIÇÃO) _____ (AR)

MASSARELOS: Cooperativa de moradores

COMO SE VÃO ORGANIZANDO OS MORADORES DE MASSARELOS

No dia 25 de Março a população de Massarelos deu mais um passo na sua vida. Dando execução a uma decisão tomada em assembleia geral de moradores, a população ocupou parte das instalações do frigorífico do peixe (imóvel desocupado e inutilizado há vários anos) para aí instalar vários serviços que permitissem solucionar carências da zona.

Assim, logo após a ocupação, a população possuía de enorme fervor e alegria barricou as entradas e janelas com madeira, tijolos, etc., que trouxeram de casa e do rio. Procedeu-se à formação de piquetes de vigia ao edifício — quer de dia quer de noite — em que todos colaboraram.

Naquela terça-feira, dia da ocupação, toda a gente da zona ribeirinha, de Massarelos esteve no edifício até altas horas da madrugada e com grande entusiasmo logo ali se improvisaram várias actividades: um conjunto musical de jovens da zona participou também na festa alegrando com a sua música toda a gente (velhos e novos); de imediato no pavilhão houve jogos de futebol de salão entre adultos e crianças (que até aí estavam habituados a jogar na rua); grupos de jovens descobriram que no pavilhão se podia jogar andebol, etc.

Houve conversa e discussão e falou-se de tudo: de política a futebol passando pelo acontecimento do momento: a ocupação. E então, não faltou quem se lembrasse no sem-número de coisas que se poderiam fazer no «cimento» (como chamamos ao prédio). Todo o mundo dava ideias e sugestões e pelo meio afofava-se a garganta, de tanto falar, num bom copo, pois um bar logo foi montado.

Numa reunião da comissão de mora-

dores à qual estiveram presentes elementos da população e que nela se integraram resolveu-se formarem-se várias secções (resultado das discussões da véspera) que iriam pôr em prática as ideias e sugestões e desejos da população e dinamizar todas as actividades no «cimento»:

- Secção manutenção e obras
- » propaganda
- » relações externas
- » cultural
- » desportiva (que engloba várias sub-secções)
- » creche e jardim infantil
- » animação
- » administração

Nestas secções se introduziram muitos elementos da população com vontade de colaborar nos trabalhos para que o «cimento» se transforme na sede da Associação dos Moradores de Massarelos; local de encontro e diversão de toda a população; local onde as pessoas tomem consciência dos seus problemas e em conjunto os resolvam; local onde as pessoas se aprendam a respeitar mutuamente; local de desenvolvimento das pessoas em todas as suas dimensões.

Assim as várias secções foram montando e lançando várias actividades.

No salão de entrada foi montado um bar e criou-se um centro de convívio e diversão onde as pessoas todas as noites se reúnem: existindo mesas, jogos e um jornal de parede que a secção de propaganda mantém com relato das actividades (presentes e futuras) e recortes de jornais.

A secção desportiva ocupa todas as noites o pavilhão com várias actividades: cursos de ginástica para adultos, adolescentes e crianças, andebol, futebol de salão e hóquei-em-patins e mutio em breve basquetebol para o que a Direcção-Geral cede 2 tabelas e um subsídio.

Da parte da tarde o pavilhão é ocupado pelas crianças (que só têm escola de manhã) que ocupam assim o tempo jogando no rínque, saltando, pintando ou então noutras actividades; aqui é de realçar a colaboração dos estudantes da zona que se encarregam pela segurança e manutenção do serviço.

No fim-de-semana seguinte à ocupação, a secção desportiva e a de animação mobilizou o sábado e domingo com um festival desportivo que englobou ginástica, jogos de futebol de salão e hóquei-em-patins e um convívio musical com a presença de um agrupamento cubano e a projecção do filme «A Revolução Cubana».

A secção de manutenção e obras lançou a campanha de limpeza e reparação do «cimento» em que a população se envolveu lavando e varrendo o prédio, consertando portas e janelas, instalando energia eléctrica e água (que não havia), construindo tabelas no rínque do pavilhão, pintando as paredes, remendando o soalho, etc.

As secções de animação e desporto têm nos fins-de-semana lançado convívios musicais e torneios-relâmpago com o objectivo de lançar a população ao encontro e ao convívio entre ela.

A secção cultural montou uma sala de estudo e uma biblioteca (com 50 livros oferecidos por uma editora).

A secção de propaganda tem emitido regularmente um boletim, jornal de diálogo e divulgação onde cada um expõe as suas ideias.

A secção da creche está trabalhando no sentido da reabertura da creche. Para este efeito conseguiu a ajuda e apoio de alunas do Instituto de Trabalho Social. As salas destinadas a creche e jardim infantil estão já dotadas de material (mesas, cadeiras, jogos, etc.).

No pavilhão têm-se realizado reuniões gerais da população.

REPRESSÃO EM ESPANHA

PRISÕES - PROVÍNCIA DA BISCAIA (PAÍS BASCO)

De 25 de Abril, data da instauração do estado de excepção, ao dia 13 de Maio, cerca de 1.000 pessoas foram presas - 300 até 8 de Maio e 700 entre o dia 8 e 13. As prisões e o tratamento dos detidos foram consideradas "normais" pelos autores do relatório, até ao dia 7, data da morte do inspector de policia Llorente Ruiz. Foi a partir deste dia que ~~começou~~ começou a manifestar-se na provincia um duplo poder, cujas consequências produziram: cerca de 700 pessoas foram libertadas depois de terem passado de 1 a 17 dias nos comissariados; no dia 13 de Maio, 250 pessoas encontravam-se nos comissariados da Guardia Civil, à disposição das forças da ordem. Pelo menos 6 de entre elas foram de novo presas no Palácio de Justiça e entregues de novo nos locais da policia, depois de terem sido consideradas fora de suspeita pelos juizes. Finalmente, 60 pessoas encontram-se na prisão, à disposição do governador, sem que uma vintena de entre elas tenha passado perante um juiz.

CONDIÇÕES DE TRATAMENTO DOS PRESOS

Até ao dia 8 de Maio, os detidos foram normalmente tratados, com excepção de um grupo de estudantes e de trabalhadores de Mondragon, que foram torturados. Além disso, alguns estudantes, presos no dia 25 de Abril quando distribuíam cravos vermelhos na universidade, foram obrigados, no comissariado, a engolir os cravos que ainda traziam.

A partir de 8 de Maio, os maus tratamentos, os golpes e as torturas são a regra geral. Vários detidos tiveram de ser hospitalizados, devendo existir uma certa colaboração de vários médicos com a policia. Por outro lado, a Guardia Civil e a policia levaram a cabo batidas massivas na capital e nas cidades. Todos os que são conduzidos ao comissariado são atacados, principalmente nos braços e nas pernas. No dia 8 de Maio, o padre de Santuchu, Anastasio Erquicia, foi preso. No dia 9, foi transportado ao Hospital de Basurto, inconsciente e desfigurado. As radiografias mostram a violência dos golpes.

É preciso notar que entre os detidos uma minoria pode estar ligada, de um modo ou de outro, à ETA, ou seja: uma quinzena de pessoas. A repressão toca a maior parte das organizações de massas e a totalidade dos partidos políticos. As comissões de bairro e os comités contra a repressão foram parcialmente desmantelados, em cidades como Bermeo, Marauina, Lequeitio, Busturia, Guernica e no bairro de Santuchu, em Bilbao. Os trabalhadores que tinham participado em greves no decurso dos últimos meses, foram presos e mantidos durante vários dias no comissariado. Nestes últimos dias, a repressão que visa todos os militantes políticos foi sistemática contra os presumíveis membros do PCE.

O ESTADO DE EXCEPÇÃO NA VIDA PÚBLICA

Controle pela Guardia Civil: todas as entradas e saídas da provincia são controladas. Nas estradas são feitos controles permanentes que fazem parar os veículos e exigem os papeis de identidade a todos os passageiros. Estes controles utilizam barragens e rolos de arame farpado.

Depois de 8 de Maio, as ruas de Bilbao foram passadas a pente fino pelas brigadas especiais contra motins, armadas com metralhadora, matracas e pistola. Os domicilios particulares foram visitados, os cafés e salas de festas esvaziados dos seus clientes, que foram alinhados contra as paredes com as mãos na cabeça e revistados. Como nos comissariados já não havia lugar, as pessoas que não tinham papeis de identificação eram enviadas para uma espécie de estádio (arenas), adaptadas para as circunstâncias. 370 pessoas passaram ali a noite do 8 de Maio. Nos dias seguintes as ruas encontravam-se nitidamente menos animadas do que de costume. O medo começava a espalhar-se.

AÇÕES POLICIAIS

Noite de 7 para 8 Maio: agressão contra Pedro Ibarra Guell, advogado de um dos acusados de Burgos, e contra a sua família. Ataques à metralhadora contra pessoas, estabelecimentos ou instituições tidas como simpatizantes da "causa basca". Noite de 9 para 10: ataque à metralhadora dum escritório de advogados do trabalho, da tinturia Guernica e da editorial Iker. Noite de 10 para 11: ataque à metralhadora dum imóvel público, bomba nos cafés Mundaca, Amorebieta e no restaurante Campazar, propriedade do irmão de Etxaba, militante conhecido da ETA.

UMA VEZ MAIS, O FRANQUISMO APRONTA-SE A MATAR. 18 MILITANTES POLÍTICOS, ACUADOS DE TER PARTICIPADO NO ATENTADO CONTRA CARRERO BLANCO (DEZEMBRO 73), NO CASO DA BOMBA DA PUERTA DEL SOL (SETEMBRO 74) E NA EXECUÇÃO DUM POLICIA TORCIONÁRIO NO PAÍS BASCO CORREM O RISCO DE SER LEVADOS A TRIBUNAL VÁRIOS CORREM O RISCO DA PENA DE MORTE, EM PARTICULAR JOSE ANTONIO GARMENDIA E OTAIGUI.



AUTOGESTÃO: rebentar as fronteiras das fábricas

SOUSABREU (Guimarães)
Rua da Caldeira — Guimarães

(Fábrica atalhados de felpo)

Estes operários neste momento precisam de pelo menos 350 contos para poderem continuar em autogestão. Estão em autogestão desde 16 de Setembro de 1974. Têm conseguido manter-se em autogestão mercê da solidariedade de outros trabalhadores que lhes compram e ajudam a vender as toalhas. Neste momento era importante que em cada fábrica, cada operário desse 20\$00, alguém juntasse o dinheiro e mandasse para qualquer dos locais abaixo indicados, por cada 20\$00 os operários enviariam uma toalha. É importante que em cada fábrica se abram postos de venda dos produtos, peçam depois uma amostra do que os camaradas produzem, façam depois encomendas.

Que mais fábricas passem para as mãos dos trabalhadores.

ARTEDU (Braga)

(Estas operárias produzem confecções: vestidos, camisas, fatos-macaco, etc.).

Neste momento conseguiram que comissões de trabalhadores lhes encomendassem fatos-macaco e camisas. É necessário que outras comissões façam o mesmo. Têm vestidos e camisas para vender.

Contactem com a fábrica ou com o Sindicato de Alfaiataria e Costura de Braga ou com qualquer dos locais abaixo indicados.

COPTIL (Porto)

(Cooperativa: produz acessórios para a indústria têxtil).

É necessário que os trabalhadores do sector têxtil, particularmente as comissões de trabalhadores consigam encomendas nas fábricas onde trabalham.

Contactar com a COPTIL ou com qualquer dos locais indicados.

ORNITEX (Famalicão)

Produzem malhas (camisolas, blusas, camisetas, etc.).

Contactar ou na Têxtil dos Bargas em Famalicão ou em qualquer dos locais indicados em baixo.

Trabalhadores destas fábricas têm-se reunido regularmente, trocando experiências, procurado formas de apoio. É importante que outras fábricas em autogestão e cooperativas entrem em contacto. É necessário generalizar as experiências e as formas de apoio.

Postos de Venda destas fábricas:

Rua do Breyner, 50 — Porto

I. S. S. P. — Avenida Rodrigues de Freitas, 202 — Porto — Telef. 53581.

Padrão da Légua, junto à Igreja
Massarelos (Associação de Moradores)

SOUSABREU:
OITO MESES DEPOIS
DA OCUPAÇÃO

(Continuação da pág. 1)

Organização Perspectiva
(Joane Famalicão) 1 141\$50
TOTAL 35 281\$50

De então para cá muito auxílio moral nos tem sido dado, mas não chega; é preciso passar-se das palavras às acções, pois do auxílio às pequenas e médias empresas ainda em nada beneficiou a SOUSABREU, LDA. Amigos e camaradas, para sobrevivermos precisamos de vender mais; ajudai os operários da SOUSABREU, LDA., fazendo uma visita à fábrica, sita na Rua da Caldeira, Guimarães, comprando as nossas toalhas e jogos de banho em felpo.

Este comunicado foi aprovado em plenário dos trabalhadores, em 30/15/75.

Pela Comissão de Trabalhadores,
José Francisco Ribeiro
António Novais Fernandes Ribeiro
Domingos Fernandes

MANIFESTO DO COMBATE

Qual é a luta dos trabalhadores, qual é a luta dos exploradores?

Antes do golpe de 25 de Abril, durante o golpe e desde então existiram sempre dois grandes campos de luta.

A luta dos trabalhadores portugueses e dos povos oprimidos e explorados das colónias constitui um desses grandes campos, que não tem por finalidade adaptar o aparelho governamental da burguesia aos problemas políticos e económicos que surgem aos exploradores, mas sim acabar com a própria exploração.

Do lado de todas as classes e camadas exploradoras sentia-se a necessidade de uma remodelação urgente das instituições governamentais e do próprio sistema de governo, devida fundamentalmente a três questões:

— A situação insustentável da burguesia portuguesa nas colónias, a incapacidade em que se viu de vencer militarmente os povos coloniais, foi um dos factores que tornou mais imperiosamente urgente para a burguesia a reconversão da sua política e que a levou a procurar, com a paz militar, chegar a soluções políticas e económicas neo-coloniais.

— As múltiplas greves e lutas que os trabalhadores portugueses vinham a desenvolver mostravam à burguesia que o aparelho repressivo do marcelismo estava já completamente inadequado para tentar conter e reprimir essas greves. A burguesia queria, pois, instaurar uma «liberdade de greve» ao mesmo tempo que punha à frente da generalidade do aparelho sindical elementos reacçãoários, contrários à prática da greve.

— As classes e camadas exploradoras precisavam também de adaptar o aparelho governamental para a resolução de problemas económicos graves que se vinham a acumular sem que a administração de Marcelo Caetano lhes conseguisse dar qualquer solução. A inflação, a necessidade de crescer o desenvolvimento industrial, as relações com o Mercado Comum, a emigração impunham uma reorganização rápida e em grande escala das instituições do governo.

De um lado, temos os trabalhadores lutando activamente pela resolução dos seus problemas, exigindo de imediato uma melhoria do nível de vida e de trabalho, e alargando a luta contra a própria exploração capitalista. Do outro lado temos os exploradores, cujo problema essencial é o de tentar garantir em novas condições a exploração dos trabalhadores coloniais e dos trabalhadores portugueses.

O golpe do 25 de Abril foi dirigido e orientado pelos exploradores para a defesa dos seus interesses

O grande problema que preocupa a burguesia portuguesa e que a levou ao 25 de Abril foi: como manter a exploração capitalista e adaptá-la às novas condições? Por isso, as massas trabalhadoras não tiveram, nem podiam ter, qualquer papel activo no golpe de 25 de Abril, porque ele não se destinava a acabar com a exploração, mas a perpetuá-la.

O golpe do 25 de Abril foi pensado em esferas das classes dominantes, em estreita ligação com grupos financeiros; e foi executado na prática por capitães e maiores originários de uma burguesia média ou a ela ligados e canali-

zados politicamente pelos generais da Junta, dos quais uns são ligados à grande finança e os outros são mesmo seus representantes directos.

No seu combate contra a exploração capitalista, os trabalhadores criam formas de organização revolucionárias, que integram activamente todas as massas trabalhadoras em luta. O 25 de Abril não se apoiou nas organizações de luta dos trabalhadores e, pelo contrário, esforçou-se por afastá-las de qualquer participação no golpe. Se exceptuarmos o assalto às sedes da Pide e a libertação dos presos de Caxias, Peniche e da Pide do Porto, que foi conseguida de uma maneira rápida e global pela acção das massas populares, em todos os outros casos nunca os trabalhadores tiveram nem qualquer contróle nem a mínima interferência no desenrolar do golpe.

Em resumo: o 25 de Abril não assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições.

Porque é que algumas correntes políticas querem fazer crer, agora, que os trabalhadores teriam tido um papel preponderante no 25 de Abril?

O carácter exclusivamente militar do golpe não constituiu mistério para ninguém no 25 de Abril e nos momentos seguintes. Só depois, essas correntes políticas começaram a afirmar que o 25 de Abril não fora um golpe militar e sim uma acção em que as massas trabalhadoras teriam intervenido com preponderância.

Se alguns sectores políticos julgam hoje que os trabalhadores esqueceram já o que se passou mês e meio atrás e nos tentam convencer de que intervieram activamente no golpe do 25 de Abril, isso deve-se ao facto de nos quererem vincular às decisões tomadas pelo actual governo, sabotando assim abertamente o desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Mais francos são os generais da Junta (Spínola, no discurso ao Conselho de Estado, ou Galvão de Melo na televisão, por exemplo bem como Salgueiro Maia, um dos mais importantes dirigentes do Movimento das Forças Armadas, em várias entrevistas) que reivindicam para as forças armadas o exclusivo do planeamento e o exclusivo da realização material do golpe. Não se deve tal franqueza ao amor da verdade, mas tão só à vontade de se afirmarem bem alto como os únicos autores do golpe de 25 de Abril e, portanto, como os «libertadores». É falso serem libertadores. A libertação das massas trabalhadoras, só os trabalhadores a conseguirão, e não capitães nem generais de qualquer Junta. Mas é verdade serem eles os realizadores do 25 de Abril. O seu a seu dono, e não é dessa glória mas de outras que a classe operária e as massas trabalhadoras precisam.

A libertação dos trabalhadores só pode desenvolver-se à luta dos trabalhadores

A luta contra a exploração capitalista, que se travava no dia 24 de Abril, não parou no dia

25 e continuou a travar-se no dia 26. O golpe de 25 de Abril não podia acabar com a luta contra a exploração, porque não se destinava a acabar com a exploração. Grande parte das greves que deflagraram depois do dia 25 de Abril vinham já a ser preparadas antes da data do golpe militar, o que mostra que a luta dos trabalhadores se desenvolveu e se desenvolve num campo completamente distinto do desse golpe. O campo em que deve assentar todo o nosso combate é o da luta contra a exploração.

Não sendo uma acção dos trabalhadores, mas um golpe militar, e não assentando na organização autónoma das massas trabalhadoras, mas na hierarquia rígida das forças armadas, o governo saído do 25 de Abril não poderá nunca desenvolver-se no sentido da libertação do trabalho, no sentido da instauração de formas económicas e sociais do comunismo e da luta por uma sociedade sem classes. Nem na Junta de Salvação Nacional, nem no Governo Civil Provisório, nem no Movimento das Forças Armadas existe sequer um mínimo vestígio da organização autónoma dos trabalhadores. Em nenhuma das instituições do novo regime há qualquer possibilidade para o desenvolvimento da nossa luta.

O 25 de Abril instaurou uma liberdade de partidos e a liberdade de expressão — ou melhor, a liberdade de uma certa expressão. Mas, ao mesmo tempo, repete em todos os tons e pelas mais variadas correntes políticas que o proletariado e todos os trabalhadores em geral têm, ganhando pouco mais, de produzir muito mais. Afirmando admitir a greve mas, ao mesmo tempo e a várias vozes, desencadeiam uma violenta campanha contra as greves. Em suma, afirmam que primeiro vem a democracia parlamentar e só depois o aumento dos salários e uma certa reorganização do trabalho.

Mas o trabalhador nem come democracia nem trabalha no parlamento. Os nossos interesses imediatos consistem no aumento dos salários e na reorganização do trabalho nas fábricas existentes. E estes não são os interesses futuros, mas os mais imediatos. Porque os interesses futuros não são o aumento dos ordenados, e sim o fim do trabalho assalariado e da exploração capitalista; nem são a reorganização das fábricas existentes, mas sim o desenvolvimento de novas relações sociais de produção, a instauração de um sociedade comunista.

A nossa luta, nas novas condições em que a burguesia se organizou depois do 25 de Abril, é o desenvolvimento do combate que travávamos contra a burguesia antes do golpe militar. Só aí, no combate contra a exploração — e não nas novas instituições do governo burguês — é que a nossa luta se deve e pode desenvolver.

As massas trabalhadoras desenvolvem hoje em Portugal uma luta geral à escala de todo o País

Todas as classes activamente interessadas no capitalismo encontram ampla expressão e liberdade nas instituições do actual governo. Todos os explorados são excluídos dessas instituições. A fronteira é, pois, muito nítida.

Desta situação resulta que a luta da classe operária e dos restantes trabalhadores, que desde 1962 vinha somente a deflagrar em lutas isoladas entre si, se desenvolve agora a nível

nacional numa luta geral, vasta, cada vez mais aguda e em que as lutas particulares se relacionam sempre mais, na constituição de um processo único. É esta, sob o ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, a característica principal da actual situação. A luta dos trabalhadores em Portugal deixou de ser constituída por uma sucessão de lutas particulares interrompidas por refluxos mais ou menos longos, e desenvolve-se agora numa luta geral em que todas as lutas particulares tendem a relacionar-se cada vez mais estreitamente.

Qual o objectivo deste jornal e do trabalho a ele ligado?

Do desenvolvimento da luta geral dos trabalhadores a nível nacional resulta a função revolucionária que virá a assumir este jornal e o restante trabalho a ele ligado.

Este jornal propõe-se ser um agente activo na ligação entre si das várias lutas particulares, divulgando essas lutas e nomeadamente as experiências organizativas delas resultantes e acelerando por este modo o desenvolvimento da luta dos trabalhadores enquanto luta geral. É dessas lutas e do desenvolvimento da luta geral que resultará toda a elaboração do jornal e o próprio aprofundamento das posições aqui assumidas. Este jornal é o primeiro dos eixos do nosso trabalho.

Estreitamente ligado com o jornal, está o trabalho de fomentar a organização de reuniões de massas entre trabalhadores, soldados e marinheiros, ou trabalhadores com soldados e marinheiros inseridos em lutas particulares diferentes. Sabemos que é um trabalho difícil, que exige não só a preparação de inúmeras condições materiais, como a defesa contra a repressão da burguesia. Mas não há desenvolvimento e generalização da nossa luta sem a efectivação de reuniões de massas entre trabalhadores que têm diferentes experiências particulares de luta. E este o segundo eixo do nosso trabalho.

Quais são as posições práticas que revelam uma atitude revolucionária na luta de classes hoje travada em Portugal?

Todo o nosso trabalho tem como único ponto de referência as posições práticas assumidas na luta dos trabalhadores. E tem como único objectivo contribuir para a unificação das várias lutas particulares numa luta geral das massas operárias e restantes trabalhadores. Não somos um partido, nem visamos constituir qualquer partido na base do trabalho ligado com este jornal. Elementos ou grupos de quaisquer partidos ou sem partido são colaboradores neste trabalho desde que desenvolvam, na luta dos trabalhadores, posições práticas revolucionárias.

A análise da luta dos trabalhadores no momento actual e a experiência dessa luta mostram-nos que uma posição revolucionária na luta de classes, no Portugal de agora, se define minimamente nos pontos práticos seguintes:

1.º CONTRA A POSIÇÃO REACCIONÁRIA QUE CONSISTE EM CONSIDERAR COMO O OBJECTIVO DO NOSSO COMBATE O APOIO AO ACTUAL GOVERNO DA BURGUESIA, AS MASSAS TRABALHADORAS DESENVOLVEM A SUA LUTA AUTÓNOMA

Várias correntes tentam travar o desenvolvimento da luta dos operários e de todos os trabalhadores sob o pretexto de que ela pode assustar alguns generais, ou alguns capitães, ou alguns ministros. Mas isso corresponde a desarmar os trabalhadores e entregá-los de pés e mãos amarrados à espera da piedade da burguesia! Os trabalhadores não depositam em outros a sua libertação. Só a luta dos trabalhadores pode servir os interesses dos trabalhadores, e a nossa única posição é reforçar sempre e cada vez mais a nossa luta autónoma. A contra-revolução, no Chile ou em qualquer outro país, triunfou sempre por a luta dos trabalhadores não se ter desenvolvido de modo suficientemente amplo e profundo, e não por essa luta ter ido longe demais. O único obstáculo à reacção, quer seja a do antigo regime quer a do actual governo, é o desenvolvimento da luta operária autónoma.

2.º A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS

Os trabalhadores portugueses querem a independência imediata e incondicional para todas as colónias. Mas não ignoramos que a independência não resolve, por si, o problema da exploração dos trabalhadores africanos. Repudiamos todas as perspectivas neo-coloniais que orientam a linha de actuação da Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório Civil. Mais grave ainda é a continuação da exploração neo-colonial através dos grandes imperialismos mundiais. Mas não podemos esquecer também a existência de exploradores africanos, que vêem a independência política das colónias como uma possibilidade para explorarem um pouco mais os trabalhadores de África. Por isso, o apoio dos trabalhadores portugueses à independência imediata e incondicional das colónias não pode deixar de passar pelo apoio activo e militante aos explorados africanos na sua luta contra todas as formas de exploração e contra todos os exploradores. Essa luta tem como um dos pontos fundamentais o combate ao racismo, nomeadamente o racismo contra os povos das colónias e contra os trabalhadores africanos emigrados em Portugal. Para que a luta anti-colonial se desenvolva como uma solidariedade íntima entre os explorados, é necessário uni-la com a luta dos trabalhadores na produção, isto é, com a luta nas fábricas e nos campos, e uni-la também com a luta nos quartéis. A luta anti-colonial conduzida sobre a base da luta na produção é o eixo do desenvolvimento revolucionário do anti-colonialismo.

3.º A LUTA DOS TRABALHADORES DEVE DESENVOLVER-SE, DESDE O SEU PRÓPRIO INÍCIO, SOBRE A BASE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E NÃO PODE SER DELEGADA NOS REPRESENTANTES SINDICAIS

Os trabalhadores não lutam por delegação — lutam eles próprios. É na acção prática colectiva dos trabalhadores durante as lutas quer por reivindicações económicas, quer pela reorganização do trabalho, que se criam formas de organização de massas que constituem a base de desenvolvimento da revolução comunista. Só a nossa luta prática constitui o processo da revolução social. Por isso, querer afastar os trabalhadores da luta prática, considerando que as discussões com os patrões devem estar fundamentalmente a cargo de uma burocracia sindical especializada em contratos de trabalho, é pretender castrar a própria base da revolução social.

4.º NAS CIRCUNSTÂNCIAS ACTUAIS, DEVEMOS APROVEITAR A LUTA PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS, AO MESMO TEMPO QUE COMBATEMOS FIRMEMENTE AS BUROCRACIAS QUE DOMINAM AS DIRECÇÕES DA MAIORIA DOS SINDICATOS E QUE DOMINAM A INTER-SINDICAL

As burocracias sindicais isoladas das massas trabalhadoras pretendem, em todos os casos, convencer os trabalhadores a não lutarem praticamente, a continuarem a produção inseridos nas estruturas capitalistas enquanto os senhores delega-

dos sindicais, no segredo das conversações com o patronato, e devidamente remunerados pelos trabalhadores, tentam chegar a acordos e conciliações. Nós devemos combater as burocracias sindicais, que tentam sempre sabotar a luta prática das massas trabalhadoras porque sabem que serão varridas e perderão a sua razão de ser com o desenvolvimento dessas lutas práticas. Mas devemos inserir-nos nos processos de eleição de delegados sindicais, porque esse nível do aparelho sindical está ainda directamente ligado às massas trabalhadoras e é possível, por isso, em muitos casos, que venha a constituir uma parte integrante da luta de massas e que a dinamize.

5.º DEVEMOS LUTAR POR UM SALÁRIO MÍNIMO VERDADEIRAMENTE NACIONAL E ADEQUADO ÀS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES BEM COMO PELA DIMINUIÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO E PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E HABITAÇÃO

A diminuição do tempo de trabalho faz parte da luta reivindicativa que visa melhorar as nossas condições de vida e diminuir os lucros do patrão. Mas essa diminuição do tempo de trabalho não é só uma medida de protecção da saúde do trabalhador e de defesa imediata contra o acréscimo da exploração. O aumento do tempo disponível será também uma condição importante para aumentar a participação activa das grandes massas dos explorados na discussão das formas de luta e de todos os problemas gerais que nos interessam, se sobre essa base conduzirmos um trabalho de organização de reuniões de discussão. Esse trabalho de organização dos tempos livres deve estar ligado com as lutas no local de trabalho e nas zonas habitacionais. A luta pela diminuição do tempo de trabalho, com este objectivo, deve fazer parte integrante da criação de condições para um maior desenvolvimento da luta dos trabalhadores contra a exploração.

O Governo Provisório instituiu um salário mínimo do qual exclui grande parte da população trabalhadora — devemos lutar contra este facto. Além disso, tal salário mínimo é demasiadamente baixo para as necessidades dos trabalhadores. O coro do governo diz que salários mais altos prejudicariam a economia nacional. Mas que economia é essa? É a economia capitalista? Se são os patrões que defendem a continuação dos seus lucros, compreendemos bem que os representantes patronais não queiram um salário mínimo mais elevado. Mas porque é que se pretendem fazer passar por amigos dos trabalhadores aqueles que, na prática, opondo-se à elevação do salário mínimo, defendem os lucros do patrão?! Dizem eles que um maior aumento dos salários levaria à falência de pequenas e médias empresas e à concentração do capital. A concentração do capital é o caminho inelutável da economia capitalista e não compete aos trabalhadores pagarem com o suor do seu trabalho e com a miséria das suas famílias os lucros que permitam a subsistência dos pequenos e médios patrões. Os trabalhadores não lutam só contra uns patrões mas contra todos, contra a própria exploração capitalista. Se a economia nacional não comporta maiores aumentos de salários, a solução não é a de restringir a paga dos trabalhadores, e sim a de mudar de sistema económico. Se é o próprio capitalismo a dizer, pela voz de todos os seus agentes e servidores, que não pode aumentar suficientemente os salários, o que significa, portanto, que não serve os interesses mínimos dos trabalhadores, então o nosso interesse é o de desenvolver a nossa luta de modo a acabar com o capitalismo.

6.º DEVEMOS DESENVOLVER OS PROCESSOS DE SANEAMENTO E DE REORGANIZAÇÃO PARCIAL DAS EMPRESAS EM LUTA PELO CONTROLO E GESTÃO DE TODO O PROCESSO ECONÓMICO

O governo actual procura canalizar a fúria dos trabalhadores contra a tirania tentando que a nossa revolta se limite a substituir os administradores mais comprometidos com o fascismo por outros menos comprometidos ou por burgueses liberais ou social-democratas. Além disso, o novo governo procurou aproveitar as extraordinárias capacidades que os trabalhadores têm para organizar o trabalho, deixando-os proceder a remodelações parciais; o marcelismo não conseguiu fazer uma adaptação suficientemente rápida das estruturas administrativas e de gestão às novas necessidades do capitalismo e, face a tal atraso, os capitalistas procuram agora canalizar as capacidades organizadoras das classes trabalhadoras sem pôr em causa os princípios capitalistas fundamentais da hierarquia no trabalho, da divisão do trabalho feita pelos não-trabalhadores, etc. É preciso que desenvolvamos os processos de saneamento e de reorganização parcial das empresas em processos mais vastos. O objectivo dos trabalhadores não é o substituir os patrões antipáticos por patrões simpáticos, mas o de acabar com o patronato. O nosso objectivo não é o de beneficiar o capitalismo pela reorganização parcial das empresas, e sim o de estabelecer novas relações sociais de trabalho — relações comunistas. Pre-

cisamos de, desde já, começar a por em causa não só uns patrões mas todos os patrões, não só aspectos particulares dos sistemas de organização capitalistas, mas toda a organização capitalista do trabalho. Não precisamos de quem divida o trabalho para que nós o façamos, não precisamos de quem oriente o nosso trabalho. Os trabalhadores, que tudo produzem, devem organizar toda a produção.

7.º A LUTA DOS EXPLORADOS DO CAMPO E UM DOS EIXOS FUNDAMENTAIS DA LUTA DAS MASSAS TRABALHADORAS

A imprensa diária controlada pela burguesia silencia completamente, salvo raríssimas excepções, a luta do proletariado agrícola.

É absolutamente necessário unir a luta dos trabalhadores das cidades com a luta dos explorados do campo. As lutas dos explorados agrícolas põem problemas diversos, consoante as regiões são de grande ou pequena propriedade, consoante os tipos de cultura, consoante o grau de existência de assalariados agrícolas que possuam eles próprios pequenas parcelas de terra e consoante a proporção em que existam pequenos camponeses. É através de uma ligação estreita com as lutas camponesas e de desenvolvimento dessas ligações para todos os pontos do país que se poderão estabelecer os pontos de demarcação essenciais relativamente à questão agrária.

8.º O EXÉRCITO E O MILITARISMO SÃO ARMAS DA BURGUESIA QUE IMPORTA DERRUBAR NA LUTA PELO ARMAMENTO GERAL DOS TRABALHADORES

Filhos do povo, os soldados e os marinheiros são separados das massas trabalhadoras, postos em casernas onde a burguesia os submete a hierarquias rígidas e a uma disciplina degradante. Pretende, deste modo, mentalizá-los para que voltem as armas contra os seus irmãos de classe, os trabalhadores de qualquer país. Por isso, um dos interesses básicos dos trabalhadores é o de destruir as estruturas militares e de combaterem o militarismo. Nós não precisamos de delegar em terceiros a nossa defesa — armamo-nos e defendemo-nos nós próprios. Neste momento, há várias lutas de marinheiros e soldados contra a disciplina, contra o militarismo, contra o encasernamento. É necessário desenvolver ao máximo todas essas lutas e é necessário fomentar os contactos e, depois, as reuniões de massas, entre os soldados e marinheiros em luta e os trabalhadores em luta nos campos e na cidade. Se as lutas dos soldados e marinheiros se unirem estreitamente com as restantes lutas dos trabalhadores, ficam assim postas em causa as próprias bases do exército reaccionário, separado da população.

9.º OS OPERÁRIOS NÃO TÊM PÁTRIA. TODA A LUTA OPERÁRIA TEM QUE SER INTERNACIONALISTA

Foi a burguesia, no desenvolvimento da economia capitalista, estreitando as relações entre todos os polos de concentração do capital e fundindo empresas à escala multi-nacional e multi-continental, que destruiu as velhas nações e tornou caducas as fronteiras nacionais. Mas essa mesma burguesia, para dividir os trabalhadores, difunde entre nós uma ideologia nacionalista e racista. Os trabalhadores não podem atacar o racismo com puras declarações sentimentais. Não é com palavras, mas com factos, que o internacionalismo se desenvolve. Assim, é necessário fundir cada vez mais as lutas dos explorados portugueses com as lutas dos explorados de todo o mundo, e fundi-las ao nível dos próprios movimentos de massas. O trabalho que se centra em torno deste jornal abrir-se-a, por isso, às lutas dos trabalhadores noutros pontos do mundo, desenvolvendo a criação das condições necessárias para a expansão de uma verdadeira luta internacionalista e anti-nacionalista dos trabalhadores.

Pensamos serem estes, no momento actual e neste país, os pontos práticos de demarcação que distinguem, na vasta luta das classes, a posição revolucionária dos trabalhadores. O desenvolvimento da luta e o desenvolvimento da unificação das lutas particulares em lutas gerais produzirão novos pontos de demarcação práticos e aprofundarão os pontos existentes. É assim que, no seu próprio desenvolvimento, as massas operárias e todos os trabalhadores produzem as condições materiais e ideológicas do comunismo.

Desenvolver a luta autónoma dos trabalhadores e unificar as lutas particulares numa vasta luta geral — são estas as tarefas principais dos trabalhadores e de todos os revolucionários.

DO COMBATE

Este jornal nasceu e vive segundo a evolução das lutas das massas trabalhadoras. Em todos os campos em que a luta de classes se manifeste, nos locais de produção (fábrica e campo), nos quartéis, nos bairros, nas colectividades de recreio e cultura, nas lutas dos presos comuns e em todas as lutas das minorias contra a opressão este jornal procura estar presente.

O nosso objectivo é de dar a conhecer e unificar as diferentes lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Desenvolvemos para isso dois grandes tipos de trabalho: por um lado, o reforço deste jornal; por outro, fomentar o trabalho de organização de reuniões de massas entre trabalhadores inseridos em lutas diferentes. O trabalho conjunto do jornal e de reuniões de massas contribuirá para acelerar a fusão das lutas dos trabalhadores e a união de todos os explorados.

Sublinhamos que este jornal não é nem preten- de ser o órgão de nenhum partido, mas está e continuará aberto, sem qualquer sectarismo, ao trabalho de todos os progressistas e revolucionários, com ou sem partido, que aceitem a nossa plataforma de unidade prática expressa nos 9 pontos do nosso Manifesto e nos demais pontos avançados em editoriais do jornal.

Os colaboradores deste jornal tem um papel activo:

- no fomentar de contactos que conduzem a reuniões de massas inseridas em processos de lutas particulares,
- na materialização e organização do jornal e na sua distribuição junto das massas populares,
- na organização de reuniões de informação e de inquérito por intermédio de discussão.

Por este jornal não ser órgão de nenhuma organização política, nem pretender vir a sê-lo, não publicamos nenhuma correspondência assinada por qualquer organização política.

Este jornal dá a palavra aos trabalhadores em luta. É essa a nossa razão de ser.

Procuramos que grupos de trabalhadores inseridos numa luta se reúnam e que, da discussão conjunta das formas de organização e dos métodos de actuação empregados, resultem textos que analisem as lutas nas suas vitórias e nas suas derrotas.

As lutas das massas trabalhadoras contra a exploração e contra a opressão são a razão de ser deste jornal. Só para as lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos este jornal existe.

**RECTIFICAÇÃO AO
MANIFESTO**

O desenvolvimento da luta de classes em Portugal e nas colónias após o 25 de Abril e o trabalho prosseguido ao longo dos cinco números do jornal COMBATE, forçam-nos hoje a acrescentar à nossa plataforma inicial em 9 pontos (apresentada no MANIFESTO DO COMBATE) um ponto, que ficará a constituir o número 10 do Manifesto: A LUTA PRÁTICA DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES CHEGA NO SEU PROCESSO (ESPONTANEO) A FORMAS ANTAGÓNICAS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, e a aprofundar o ponto número 2 do referido Manifesto: A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS.

1— A LUTA PRÁTICA DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES CHEGA NO SEU PRÓPRIO PROCESSO (ESPONTANEO) A FORMAS ANTAGÓNICAS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Os trabalhadores, directamente sujeitos à exploração capitalista, respondem espontaneamente a essa exploração com reivindicações de carácter económico (aumentos de salários, melhoria das condições de trabalho, etc.), que em si não põem em causa o modo de produção capitalista. Mas as formas organizativas desenvolvidas para atingirem aqueles objectivos iniciais entram em completo antagonismo com a organização do trabalho no capitalismo e com as formas gerais de relação na sociedade, ou seja, as relações mútuas entre os trabalhadores na prática comum de luta.

Assim, ainda que temporariamente, os trabalhadores conseguem impor, pela luta, em cada empresa novas formas de organização do trabalho: abolindo as hierarquias, acabando com a separação do produtor relativamente ao processo de trabalho. Estas formas não se conseguem impor duravelmente com o modo de produção capitalista e com a base tecnológica do processo de produção capitalista, mas são a base material da consciência das novas relações de produção — as relações de produção comunista, para todos os trabalhadores envolvidos na luta. Quer dizer, pelo desenvolvimento da sua prática de luta reivindicativa, os trabalhadores chegam ao antagonismo com as relações sociais de produção e à consciência — ou a formas de consciência — desse antagonismo.

Mas não se constrói o comunismo só pela adição de experiências limitadas fábrica a fábrica. A derrota do capitalismo tem de passar pela destruição do seu centro nevrálgico — o Estado: as relações entre todos os capitalistas, o aparelho repressivo, etc. Mas também não se chega ao comunismo sem o terreno base dessas experiências.

Pretender que se chega a novas relações de produção só porque alguns trabalhadores (os políticos), que são os únicos conhecedores da linha a seguir por todos os trabalhadores, conseguem mobilizar as massas trabalhadoras para o derrube violento do tipo de Estado existente, é estar a perpetuar as classes. Só se chega a relações de produção comunistas se as massas trabalhadoras já tiverem adquirido consciência, através da sua prática de luta, dessas mesmas relações. De contrário,

nova sociedade de classes se formará, em que as elites políticas, separadas do controlo dos trabalhadores, se transformarão nos novos exploradores e as massas trabalhadoras, simples executoras de planos saídos da cabeça dos «políticos», voltarão a ser exploradas.

Consideramos pois que todos aqueles que, desenvolvendo uma actividade de carácter partidário, considerem secundária a prática dos trabalhadores na sua luta revolucionária e as novas formas sociais e de trabalho que espontaneamente criam nessa prática, nunca poderão desenvolver no jornal COMBATE um trabalho activo. Nunca poderão compreender a importância deste jornal e do trabalho que ele se propõe desenvolver.

II — A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS

1) Depois de se ter esforçado por seguir a via neo-colonial na Guiné, ainda durante o regime de Marcelo Caetano, e de procurar após o golpe de 25 de Abril prosseguir em Angola e em Moçambique uma política neo-colonial, a grande finança portuguesa que deposita no General Spínola as suas esperanças e os seus anseios procedeu a uma viragem importante: fez saber, através do presidente da República, que estava disposta a aceitar a rápida independência para as colónias.

O discurso do presidente da República a 27 de Julho foi saudado por todas as correntes políticas governamentais como uma acção de grande importância revertendo inteiramente a favor dos trabalhadores das colónias.

Aqueles mesmos que prosseguem em Portugal uma política anti-greves, que nos querem tirar a mais importante arma de luta que possuímos — gritam aos quatro ventos que as medidas anunciadas pelo presidente da República são inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

Aqueles mesmos generais que durante treze anos comandaram a guerra colonial, que após o 25 de Abril procuraram abertamente manter o domínio neo-colonial através da federação — pretendem que as novas medidas são inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

Aqueles mesmos grandes capitalistas, os Mello e os Champalimaud, que têm em Angola e em Moçambique, ou em actividades relacionadas com esses territórios, grande parte dos seus investimentos — dão carta branca ao presidente da República, defendem publicamente na imprensa as novas medidas, declaram-se inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

De tanta abundância súbita, só há que desconfiar.

O que é que levou a grande burguesia portuguesa com o coro reformista, a inverter a sua tática quanto à questão colonial?

Não foi só o facto de os trabalhadores das colónias serem contrários a qualquer forma de federação neo-colonial. Quando os capitalistas mudam de tática, é porque possuem outra via de salvação. Se não têm outra tática possível então lutam desesperadamente, até ao fim, na única que lhes resta. Não foi o caso agora. A tática da grande burguesia portuguesa mudou muito antes de esta ter podido vir a ser materialmente obrigada a abandonar o caminho da federação neo-colonial. É desta abundância que há que desconfiar.

Se a grande burguesia portuguesa mudou de linha de rumo, é porque outras mudanças, em outros sectores, lhe facilitaram a manobra.

2) Nos últimos meses verificou-se, em Angola e em Moçambique, uma luta operária como não há memória. A grande vaga de greves em Moçambique e, em Angola, as greves e especialmente a grande luta nos muceques de Luanda mostraram que o movimento das massas trabalhadoras africanas ascendia a uma nova fase, entrando numa forma diferente da assumida até então pela luta anti-colonial e extravasando bruscamente os quadros tradicionais dos vários movimentos de libertação.

Por outro lado, os médios e pequenos colonos, para quem a via neo-colonial não é solução nenhuma e que nisso se opõem em absoluto à grande finança, começaram — continuaram... — a armar-se secretamente e em massa, passaram aos atentados e ao terrorismo, desenvolveram uma violência racista feroz.

Quer dizer:

Após o 25 de Abril, os dois principais interlocutores em Angola e em Moçambique eram a grande finança neo-colonial e os movimentos de libertação. O desenvolvimento da luta de

classes, com as grandes greves de Moçambique e a grande luta urbana de Luanda, deixou frente a frente os trabalhadores africanos, conduzidos pelo operariado, e os colonos mais racistas e retrógrados.

Assim, a situação não mudou somente para a Junta de Salvação Nacional e para a sua política neo-colonialista. Mudou também para os movimentos de libertação. Nenhum dos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique tomou até agora uma posição claramente anti-capitalista, nenhum se apresenta como pretendendo construir o comunismo, nenhum atribui à classe operária o papel condutor na luta. Não era só o plano neo-colonial da federação que se via ultrapassado, à direita, pelos pequenos e médios colonos. Eram também os movimentos de libertação que se viam ultrapassados, à esquerda, pelas massas operárias que desenvolviam autonomamente o seu combate em luta anti-capitalista.

Qual a solução que se oferecia à grande finança portuguesa, por um lado, e aos movimentos de libertação, por outro?

O grande capital português pode prescindir da federação para continuar as suas posições em Angola e em Moçambique. Desde os princípios da década de 60 que os grandes grupos monopolistas portugueses vêm a associar-se aos grandes grupos estrangeiros e sob a sua cobertura continuarão os investimentos em África.

Por outro lado, as burguesias nacionais africanas e os quadros administrativos e técnicos africanos, que aspiram à independência para desenvolver o seu poder de classe, são as principais forças que orientam os movimentos de libertação num sentido limitadamente nacionalista, sabotando o desenvolvimento da luta anti-colonialista em luta anti-capitalista.

Isto quer dizer que aos grandes grupos monopolistas portugueses não interessava a tática da federação não podendo conter o activismo dos pequenos e médios colonos brancos. E às direcções dos movimentos de libertação, dominadas pelas burguesias nacionais e pelos quadros administrativos e técnicos africanos, não interessava o desenvolvimento de um processo que estava a transformar decisivamente a luta contra o colonialismo português em luta anti-capitalista.

A ambos os campos a rápida independência apareceu, pois, como a melhor das soluções.

Aos grandes monopólios portugueses, porque contam manter, sob a cobertura das grandes empresas americanas, alemãs ou japonesas, os seus investimentos.

As burguesias nacionais e aos quadros administrativos e técnicos africanos porque pensam que poderão, com a independência, travar o processo da luta operária autónoma e anti-capitalista.

3) Então, a independência foi uma derrota? Será que, ao contrário de todas as forças políticas existentes, o jornal COMBATE defende que a independência constituiu uma derrota para os trabalhadores?

Não.

Mas não defendemos também que seja uma vitória para os trabalhadores africanos.

POR SI SÓ, A «INDEPENDÊNCIA» NÃO CHEGA PARA DEFINIR O QUE INTERESSA AOS TRABALHADORES AFRICANOS.

Esta independência será uma derrota se se limitar a uma transferência de poderes políticos de uma grande burguesia colonialista a uma burguesia nacional africana. Se mudar o grupo dominante, mantendo-se os trabalhadores como espectadores passivos.

Mas a independência será uma vitória se os trabalhadores africanos e a sua vanguarda operária não se deixarem iludir, se impedirem que se proceda a uma simples transferência de poderes, se tomarem eles próprios nas suas próprias mãos o poder de decidirem do seu próprio destino. Quaisquer que sejam os títulos com que se apresente, ninguém poderá intitular-se «representantes dos trabalhadores». Só aos trabalhadores compete decidir de quais sejam os seus representantes; e só são representantes dos trabalhadores aqueles que forem controlados pelos trabalhadores e que estes possam depor a todo o momento se não estiverem satisfeitos com eles.

Vitória ou derrota — será a continuação ou o esmorecer da luta do proletariado africano que no-lo dirão.

A nossa obrigação de trabalhadores é a de apoiarmos no máximo das nossas forças o desenvolvimento da luta anti-colonial em luta anti-capitalista, conduzida pelo proletariado africano.

É aí, na luta autónoma das massas trabalhadoras, que se desenvolvem as nossas grandes vitórias. Não é nos «discursos históricos» dos generais da Junta.